



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM RORAIMA
SFA – RR

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Março-2013

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680
TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DE RORAIMA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da DN TCU nº 121/2012, da Portaria-TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno.

SePA – Serviço de Planejamento e Acompanhamento

Boa Vista-RR/2012

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

LISTA DE QUADROS

- Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual
- Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ
- Quadro A.4.5 – Programa de Governo Constante do PPA – de Gestão e Manutenção
- Quadro A.4.6 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ
- Quadro A.4.12- Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários da UJ
- Quadro A.4.13- Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários da UJ
- Quadro A.4.15 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação
- Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
- Quadro A.5.10 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e Portador
- Quadro A.5.12 - Prestação de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)
- Quadro A.6.1 - Força de Trabalho da UJ
- Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ
- Quadro A.6.3 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas
- Quadro A.6.4 - Quantidade de Servidores da UJ por faixa Etária
- Quadro A.6.5 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade
- Quadro A.6.6 - Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores
- Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos
- Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão
- Quadro A.6.9 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU
- Quadro A.7.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União
- Quadro A.7.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ
- Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
- Quadro A.9.2- Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água
- Quadro A.10.5 - Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR
- Quadro A.10.6- Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG E SICONV
- Quadro A.11.2- Declaração do Contador – Declaração com Ressalva

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão do Exercício de 2012 segue as orientações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União, com informações e dados sobre a economicidade, a eficácia, a eficiência e a efetividade dos serviços públicos prestados pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Roraima (SFA-RR), unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o intuito de facilitar uma análise crítica pelos órgãos de controle externo do Governo Federal.

O Decreto nº 7.127/2010 de 04 de março de 2010 alterou a estrutura regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de suas Unidades Descentralizadas, modificando competências e a estrutura organizacional, mantendo inalterada sua missão institucional.

Com intuito de facilitar a leitura e acompanhamento das peças e informações inseridas, abaixo são apresentados os itens e quadros que não houve necessidade de preenchimento:

- 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada
 - 1.1.2 Relatório de Gestão Consolidado
 - 1.1.3 Relatório de Gestão Agregado
 - 1.1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado
- 3.3 Remuneração Paga a Administradores..
 - 3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal
 - 3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos
 - 3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos..
 - 3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores
- 3.4 Sistema de Correição
- 3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU
- 4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ
 - 4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
 - 4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
 - 4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
 - 4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
- 4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa
 - 4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ
 - 4.2.2 Programação de Despesas
 - 4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes .
 - 4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital
 - 4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
 - 4.2.2.4 Análise Crítica
 - 4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa.
 - 4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação
 - 4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
- 5.1 Reconhecimento de Passivos
 - 5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.
 - 5.1.2 Análise Crítica
- 5.3 Transferências de Recursos
 - 5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício
 - 5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios
 - 5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

- 5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse
- 5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse
- 5.3.6 Análise Crítica.
- 5.4 Suprimento de Fundos
 - 5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”
 - 5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ.
- 5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ
 - 5.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ.
 - 5.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartid.
 - 5.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física.
 - 5.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica..
 - 5.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária
 - 5.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
 - 5.5.7 Comunicações à RFB
 - 5.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
 - 5.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal
 - 5.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB
- 6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos
 - 6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.
- 6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários
 - 6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados
 - 6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão
 - 6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários
- 10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício
 - 10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício
 - 10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício
 - 10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício
 - 10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício
- 10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna
- 11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis
 - 11.2.1 Declaração Plena
- 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008
- 11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976 81
- 11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais
 - 11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida
 - 11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora
- 11.6 Parecer da Auditoria Independente

Quadro A.1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

Quadro A.1.3 - Identificação – Relatório de Gestão Agregado

Quadro A.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Quadro A.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

- Quadro A.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores
- Quadro A.3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores
- Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do ppa – Temático
- Quadro A.4.2 – objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ
- Quadro A.4.3 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ
- Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ
- Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ
- Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes
- Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital
- Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
- Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
- Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação
- Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
- Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
- Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes
- Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse
- Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
- Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)
- Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)
- Quadro A.5.13 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ
- Quadro A.5.14 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida
- Quadro A.5.15 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas
- Quadro A.5.16 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas
- Quadro A.5.17 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas
- Quadro A.5.19 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ
- Quadro A.5.20 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
- Quadro A.5.21 - Comunicações à RFB
- Quadro A.5.22 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
- Quadro A.5.23 - Ações da RFB
- Quadro A.5.24 – Requisições e Precatórios – Administração Direta
- Quadro A.5.25 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta
- Quadro A.6.10 - Atos Sujeitos à Comunicação do TCU
- Quadro A.6.11 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC
- Quadro A.6.12 - Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU
- Quadro A.6.13 - Atuação do OCI sobre os Atos Submetidos a Registro
- Quadro A.6.14 - Cargos e Atividades inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da UJ
- Quadro A.6.15 - Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados
- Quadro A.6.16 - Autorização para Realização de Concursos Públicos ou Provimento adicional para Substituição de Terceirizados
- Quadro A.6.18 – Contrato de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Quadro A.6.19 – Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

Quadro A.11.3 - Composição Acionária do Capital Social

Quadro A.11.4 - Investimentos Permanentes em outras sociedades

Assim, a missão institucional foi viabilizada por segmentos pontuais que marcaram a administração que nos cabe relatar:

1 - Início da construção do estacionamento, da passarela coberta em policarbonato e a tubulação da vala a céu aberto.

2 - Supervisão constante nos Postos de Fiscalizações nas Fronteiras em Pacaraima e Bonfim com reuniões periódicas junto à equipe técnica das UVAGROS, para verificação das necessidades de mudanças para o melhor desempenho de suas atividades.

3 - Entrega de Equipamentos Agrícolas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, para a Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado.

4 - Monitoramento “in loco” das atividades de Erradicação da Mosca da Carambola, nos Municípios afetados pela doença.

5- Acompanhamento das atividades na campanha da vacinação contra a Febre Aftosa em Roraima.

6- Reuniões em Brasília para levantamento das necessidades de capacitação técnica e nivelamento de procedimentos do Plano Operativo Anual, discussão dos aspectos orçamentários para elaboração do Plano Operacional 2012/2013.

7- Reuniões periódicas com autoridades do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).

As páginas seguintes contêm informações sobre as responsabilidades institucionais da SFA/RR e o seu papel na execução das políticas públicas federais relacionadas à agricultura, pecuária e ao desenvolvimento rural do Estado de Roraima. Este documento relaciona os Programas e as Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado previstos no Plano Plurianual de Ação – PPA para o período de 2012/2015, aprovado pela Lei 12.593/2012, em execução pelos diversos serviços finalísticos e de apoio administrativo desta Superintendência, apresentando as suas metas físicas e orçamentárias programadas e executadas, além de informações técnicas e gerenciais.

As informações sobre os Indicadores Institucionais (item 2.4) e os Indicadores gerenciais de recursos humanos (item 6.1.8) encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão 2012 apresentado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ao TCU. Neste documento são apresentadas apenas as ações executadas por esta Superintendência que impactam nos objetivos estratégicos do Projeto “Produtos e Serviços”, na Perspectiva dos Processos Internos, ou sejam: a) garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos, b) desenvolver e garantir o acesso às tecnologias, c) buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio e d) estimular a agregação de valor na produção agropecuária.

O esforço para dotar a SFA/RR de uma estrutura organizacional e de um modelo de gestão pública voltado para resultados e para o atendimento ao cidadão roraimense, iniciado anos atrás, prosseguiu em 2012.

Boa Vista/RR, Março de 2013.

DIVINO CARLOS GOUVÊA
Superintendente Federal de Agricultura no Estado de Roraima

SUMÁRIO

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1	Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.	
1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada	
1.1.1	Relatório de Gestão Individual.....	11
1.2	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	12
1.3	Organograma Funcional.....	14
1.4	Macroprocessos Finalísticos.....	15
1.5	Macroprocessos de Apoio.....	16
1.6	Principais Parceiros.....	16
2	Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	
2.1	Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada.....	17
2.2	Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégico.....	17
2.3	Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	18
2.4	Indicadores.....	19
3	Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/201	
3.1	Estrutura de Governança.....	20
3.2	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	20
4	Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.....	
4.1	Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ 22	
4.1.5	Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	22
4.1.6	Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	22
4.2	Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa.....	53
4.2.1	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	53
4.2.2	Programação de Despesas.....	53
4.2.4	Execução Orçamentária da Despesa	54
4.2.4.1	Execução da Despesa Com Créditos Originários.....	54
4.2.4.1.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	54
4.2.4.1.2	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....	55
4.2.4.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	56
4.2.4.2.2	Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	57
4.2.4.2.3	Análise crítica	58
5	Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	
5.2	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	58
5.2.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	58
5.2.2	Análise Crítica.....	59
5.4	Suprimento de Fundos.....	59
5.4.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	59
5.4.1.1	Suprimento de Fundos – Visão Geral.....	59
5.4.1.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	59
5.4.1.5	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	59

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

5.4.1.6	Análise Crítica.....	60
6	Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	
6.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	61
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	61
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	61
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	62
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	62
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	63
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	64
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	66
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	66
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	66
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	66
6.1.7	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	67
6.1.7.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	67
6.1.7.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.....	67
6.1.7.3	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos.....	67
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	67
6.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	67
6.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	67
6.2.2	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público.....	67
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	67
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	68
7	Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	
7.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	69
7.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	73
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	73
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	73
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	73
8	Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012	
8.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	74
8.2	Análise Crítica.....	74
9	Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	
9.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	75
9.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	76
10	Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	
10.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	77
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	77
1.1.1.1.	Análise Crítica.....	77

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

10.4	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	78
10.4.1	Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	78
11	Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	
11.1	Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	79
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	79
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	79
11.2.2	Declaração com Ressalva.....	79
12	Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.	
12.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.....	81

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 - CONTEÚDO GERAL

- 1. Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012**
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO
 - 1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada
 - 1.1.1. Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 00014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Roraima.			
Denominação abreviada: SFA-RR			
Código SIORG: 02816	Código LOA: 20122	Código SIAFI: 130093	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: Regulamentação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura: Federal, Estadual, Municipal			Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax de contato:	(095) 3623-9603	(095) 3624-1225	(095) 3623-9364
E-mail: gab-rr@agricultura.gov.br			
Página na Internet: HTTP://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR– CEP. 69.306-680			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.127, Publicado no Diário Oficial da União de 05/03/2010.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010 Publicado no Diário Oficial da União de 14/06/2010, que criou o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados da Federação e Distrito Federal.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
São editados pela Assessoria de Comunicação Social em Brasília			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se Aplica	Não se Aplica		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se Aplica	Não se Aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se Aplica		Não se Aplica	

Fonte: SePA/GAB/SFA/RR

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A missão institucional da Superintendência Federal de Agricultura em Roraima é “Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira”.

De acordo com a Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, que criou o Regimento Interno das Superintendências, a SFA/RR tem como atribuições legais a coordenação e a execução das políticas públicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) voltadas para o Estado de Roraima.

Essas políticas públicas federais compreendem ações nas áreas de fiscalização de insumos agropecuários (sementes, mudas e viveiros; fertilizantes, corretivos e inoculantes; rações e concentrados; produtos para uso veterinário; aviação agrícola), defesa sanitária agropecuária (controle zoossanitário e fitossanitário de doenças e pragas), inspeção e classificação de produtos de origem animal e vegetal, fomento e desenvolvimento da política agropecuária (contratos de repasse, emendas parlamentares e agricultura orgânica) e vigilância internacional agropecuária (fronteiras com a Venezuela, Guiana e Amazonas e aeroporto).

As responsabilidades e competências dos componentes da SFA/RR foram institucionalizadas por meio da Portaria 428 de 09/06/2010. Abaixo, de forma sucinta são descritas as principais competências das unidades da SFA.

Ao Gabinete compete realizar a gestão da Unidade, do ponto de vista técnico, operacional e político, considerando as orientações emanadas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e de acordo com o Regimento Interno.

A Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA, unidade de assistência direta ao Gabinete, se responsabiliza pela promoção do processo de gestão estratégica, gestão operacional, execução dos projetos e atividades constantes do Plano Plurianual, e da elaboração e consolidação do plano operativo anual, da programação físico-orçamentária, além de outras atividades previstas na Portaria 428.

Ao Serviço de Apoio Operacional e Divulgação – SAOD, unidade de assistência direta ao Gabinete, tem como responsabilidades, entre outras, promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA, bem como apoiar o Superintendente, em relação à sua agenda de trabalho, cerimonial, despachos e representação institucional e auxiliar na divulgação de notícias e informações e distribuição de publicações e material audiovisual para os parceiros do agronegócio; A Divisão de Defesa Agropecuária – DDA, Unidade Central de Execução Finalística, tem como competências, entre outras, coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades relativas à vigilância zoossanitária e fitossanitária; implementar a operacionalização de ações demandadas pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e pelos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos de Origem Animal, de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, de Insumos Agrícolas e de Insumos Pecuários.

Assim, sob a coordenação técnica, hierárquica e institucional dessa Divisão, atuam as seguintes unidades:

O Serviço de Inspeção, Fiscalização e Saúde Animal – SIFISA, que tem como competências programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância sanitária e epidemiológica; prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais.

Outras competências visam orientar e acompanhar a aplicação das normas sanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais e a realização de exposições, feiras, leilões, e outras aglomerações de animais.

O Serviço de Inspeção, Fiscalização e Sanidade Vegetal – SIFISV, ao qual compete programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância fitossanitária; prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais, aplicação das medidas de defesa fitossanitária, com vistas a evitar a disseminação de pragas dos vegetais e educação fitossanitária.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Outras competências envolvem o acompanhamento das atividades e realização de auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas com centros colaboradores e estações quarentenárias.

A Unidade de Vigilância Agropecuária – UVAGRO, tem como competências executar as atividades de fiscalização agropecuária em aeroportos internacionais e aduanas especiais, examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, bagagens de passageiros, acompanhadas ou não, com vistas a detectar produtos de origem animal ou vegetal e produtos biológicos que possam veicular agentes de doenças animais ou de pragas vegetais, que constituem ameaça à agropecuária nacional.

A Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG, tem competências que visam promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário; orientar a elaboração de propostas, analisar, acompanhar e proceder à fiscalização da execução do plano de trabalho de convênios, contratos e demais instrumentos de parceria, por órgãos e entidades públicas e privadas voltados ao desenvolvimento agropecuário e ao cooperativismo e associativismo rural, inclusive de repasses financeiros e, ainda, orientar a prestação de contas. Orientar, acompanhar, controlar, fiscalizar e auditar as atividades relacionadas com registro genealógico, competições e demais atividades turfísticas e hípcas; credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade - OAC; cadastramento de Organismos de Controle Social - OCS, na venda direta de produtos orgânicos sem certificação; atividades do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - SISORG; dados e estatísticas das atividades relacionadas aos sistemas de produção orgânica; mecanização e aviação agrícola.

A Divisão busca também estimular a organização do setor agropecuário, em especial, na implantação de cooperativas e instituições associativas rurais; cadeias produtivas do agronegócio; empresas e produtores de sementes e mudas; empresas, organizações e iniciativas voltadas à assistência técnica, extensão rural e transferência de tecnologia, inclusive o credenciamento de profissionais, autônomos ou não; empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários; e certificação relacionada à produção e comercialização agropecuária.

Na sua estrutura, a Divisão é segmentada na Seção de Suporte Agropecuário – SeSAG que coleta, processa e mantém os dados dos sistemas de informações relacionados ao desenvolvimento agropecuário, além de prestar apoio ao Chefe do DPDAG na elaboração do Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário, na promoção e organização dos fóruns consultivos às cadeias

A estrutura da SFA/RR conta com um Serviço de Apoio Administrativo constituída por meio da Seção de Gestão de Pessoas - SGP e Seção de Atividades Gerais – SAG cujas competências, entre outras, envolvem a coordenação e execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA/RR, consoante orientações dos órgãos setoriais.

Para consecução de suas atividades, esse Serviço tem em sua estrutura os seguintes setores/núcleos:

Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF;

Seção de Gestão de Pessoas – SGP;

Seção de Atividades Gerais – SAG

Setor de Compras e Contratos – SCC;

Setor de Material e Patrimônio – SMP.

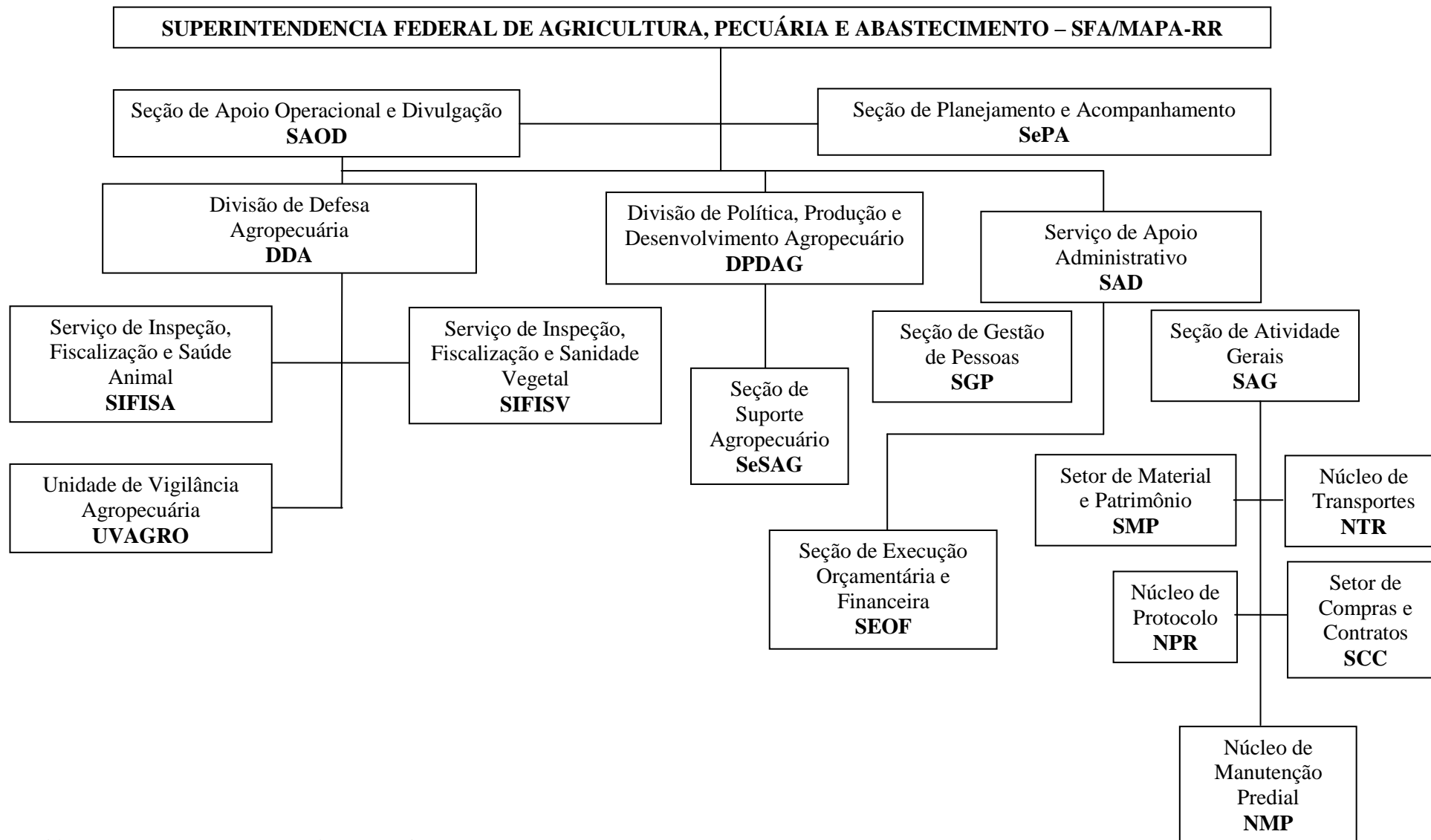
Núcleo de Protocolo – SPR

Núcleo de Manutenção Predial – SMAP

Núcleo de Transporte – STR

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

1.3 Organograma Funcional



RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

1.4 Macroprocessos finalísticos da unidade jurisdicionada, com a indicação dos principais produtos e serviços que tais processos devem oferecer aos cidadãos-usuários ou clientes;

- Cooperativismo e Associativismo Rural
- Defesa Agropecuária
- Desenvolvimento Agropecuário
- Execução do Plano da Lavoura Cacaueira
- Meteorologia e Climatologia
- Política Agrícola
- Política de Agroenergia
- Política Cafeeira
- Relações Internacionais para o Agronegócio

Os macroprocessos finalísticos estão descritos na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, conforme figura a seguir.



⁽¹⁾ Planejamento Estratégico, Planejamento Setorial, Orçamento e Finanças e Execução Orçamentária e Financeira.

Legenda:

SE – Secretaria-Executiva

AGE – Assessoria de Gestão Estratégica

GM – Gabinete do Ministro

CONJUR – Consultoria Jurídica

SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária

SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

SPA – Secretaria de Política Agrícola

SPAE – Secretaria de Produção e Agroenergia

SRI – Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

A Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA foi elaborada levando em consideração as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estabelecidas no artigo 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que organiza a Presidência da República e os Ministérios e o aspecto de que a cadeia de valor deve funcionar de forma matricial com a estrutura organizacional do MAPA. Esta estrutura foi definida em conformidade com o que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal - SIORG, instituído pelo Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009. Assim, a condução dos macroprocessos pelo cumprimento das competências institucionais, está demonstrada nos resultados consubstanciados no Relatório de Gestão.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, classificados como MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Sua condução segue a mesma característica informada quanto aos finalísticos, com exceção de suas definições, que levou em consideração o que, no Ministério, está sendo realizado para sua gestão e para prestar o devido suporte aos macroprocessos finalísticos, fato, inclusive, que inspirou a representação da Cadeia de Valor, conforme figura demonstrada no item 1.4.

1.5.1 – Macroprocesso de Governança

- Gestão Institucional

1.5.2 – Macroprocesso de Administração Interna

- Administração de Pessoal
- Assessoramento Jurídico
- Articulação Institucional
- Articulação Política
- Comunicação Institucional
- Contabilidade Pública
- Documentação e Informação Agropecuária
- Desenvolvimento Organizacional e Inovação
- Desenvolvimento de Pessoas
- Interação com a Sociedade e Servidores
- Logística e Serviços Gerais
- Procedimentos Disciplinares
- Tecnologia da Informação

1.6 Principais Parceiros

Registra-se a manutenção da sólida parceria entre a SFA/RR e a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) do Governo do Roraima, através da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima (ADERR), na reestruturação do sistema estadual de defesa e inspeção agropecuária. Saliente-se também o esforço do MAPA, através do Ministro de Estado e de sua Secretaria Executiva, para dotar a SFA/RR de uma estrutura organizacional e de um modelo de gestão pública voltado para resultados e para o atendimento ao cidadão roraimense.

2. Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

No contexto do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, o processo de gestão estratégica foi institucionalizado por meio do decreto 5351/2005, revogado posteriormente, estando em vigência no momento, o decreto 7127 de 04/03/2010.

Nesses dois normativos, foi instituída, em seus artigos 5º, a Assessoria de Gestão Estratégica – AGE, órgão de assistência direta ao Ministro de Estado, tendo como competências a promoção da gestão estratégica e coordenação e elaboração do planejamento estratégico do Ministério da Agricultura.

Nesse sentido, a partir de sua instituição em 2005, a AGE passou a atuar de acordo com suas prerrogativas institucionais na implantação do Gestão Estratégica do Ministério.

Portanto, a implantação da AGE foi o marco que delineou o futuro do MAPA, no sentido do estabelecimento de sua missão, valores organizacionais, visão de futuro, etc, no contexto de um ambiente mundial em constante mutação. Destaca-se ainda, a representatividade do agronegócio brasileiro como um dos elementos propulsores da economia nacional, entretanto, há necessidade de que o poder público proporcione ao setor produtivo políticas e estruturas de serviços mais eficientes e eficazes, em tempo oportuno.

Assim, a Missão do Mapa foi delineada no sentido de “*Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira*”, ou seja, a missão do Ministério, em última análise, representa a razão de ser de sua existência, mas de suma importância para que ele possa cumprir suas responsabilidades institucionais perante a sociedade brasileira.

Entretanto, na busca de atendimento de sua missão, é imprescindível que o Mapa estabelecesse sua Visão de Futuro no intuito de demonstrar “*aquilo que ele quer ser*”, sua idealização de um futuro desejado. Essa visão, para o período de 2006-2015 foi definida como “Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio”.

Para materialização e implementação da Gestão Estratégica em qualquer organização, há necessidade de se estabelecer um Plano Estratégico que, no caso do Mapa, abrange quatro importantes perspectivas: da sociedade, do agronegócio e parceiros envolvidos, dos processos internos e das pessoas, com seus aprendizados e conhecimentos. Em cada uma dessas perspectivas, foram identificados desafios que devem ser superados até o ano de 2015.

Entretanto, o Plano Estratégico está alinhado com dois tradicionais instrumentos de gestão do Governo Federal: o Plano Plurianual – PPA e a Lei Orçamentária Anual - LDO, por meio dos quais são programados recursos financeiros a serem liberados para atendimento dos programas e ações dos entes públicos para atendimento de seus objetivos estratégicos, traçados por meio de seu Plano Estratégico.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

A implantação da gestão estratégica na SFA/RR ocorreu em 2009 com a realização das oficinas do mapa de aprendizagem, ferramenta de comunicação e treinamento que inclui uma ilustração, um facilitador e um roteiro de discussão, para facilitar o entendimento sobre a Gestão Estratégica do MAPA. Os participantes das oficinas trocam e adquirem conhecimentos, tendo como estímulo a imagem apresentada. Por meio de dinâmicas, discutem as ilustrações de acordo com o roteiro conduzido pelo facilitador. O treinamento com a utilização do Mapa de Aprendizagem na SFA/RR atingiu em 2010 todos os seus servidores.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

No desdobramento dos Objetivos Estratégicos do MAPA, três deles têm alto impacto sobre as ações executadas pela SFA/RR:

1. Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos;
2. Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio;
3. Estimular a agregação de valor na produção agropecuária;

Isso, entretanto, não significa que os demais Objetivos Estratégicos não tenham direta ou indiretamente alguma influência e impacto sobre os diversos serviços finalísticos e de apoio administrativo existentes na Superintendência.

A SFA/RR atua e contribui para o alcance das metas nacionais desses programas governamentais e as ações correspondentes, os objetivos e os beneficiários, respectivamente, assim como as metas físicas estão descritas neste relatório. Os resultados das ações executadas pelos serviços da Divisão de Defesa Agropecuária são apresentados nas diversas tabelas, mencionando-se a descrição das atividades da ação, as metas programadas e alcançadas, o desempenho operacional e os resultados alcançados, analisados criticamente, considerando os seus aspectos positivos e as oportunidades de melhoria.

Convém mencionar que as metas que constam neste relatório são aquelas para as quais foram descentralizados créditos orçamentários e financeiros para a Superintendência no exercício de 2012.

Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

Para o exercício de 2012, alinhada com o **Planejamento Estratégico do MAPA**, a SFA/RR deu seqüência ao Plano de Ação anteriormente estabelecido com seis pontos principais:

1. **Difundir Missão, Visão de Futuro e Plano Estratégico do MAPA** através do instrumento “**Mapa de Aprendizagem**”;
2. **Dar continuidade às ações já iniciadas** – vários trabalhos de melhoria de gestão já haviam sido realizados, sendo preocupação desta SFA a continuidade dos mesmos, o que fora alcançado em quase sua totalidade, destacando-se os cursos e treinamentos para áreas específicas, e de valorização dos servidores;
3. Início da construção do estacionamento, da passarela coberta em policarbonato e a tubulação da vala a céu aberto.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

As atividades e ações da Superintendência Federal da Agricultura no Estado de Roraima nesse exercício foram divulgadas à sociedade, com participação de nossos técnicos em matérias jornalísticas escritas e televisadas.

Na execução das Políticas Públicas temos buscado parcerias com entidades públicas priorizando a capacitação, treinamento e atualização do corpo técnico e administrativo que integram a SFA/RR.

Os esforços despendidos pelos servidores administrativos e técnicos para a consecução da finalidade e dos objetivos propostos, por vezes atuando em ambientes insalubres e perigosos, transitando em estradas onde as condições de trafegabilidade muitas vezes precárias, devem ser exaltados e enaltecidos.

As políticas de desenvolvimento adequadas disponibilizam fomento e capacitação para produtores e técnicos, com elas é possível estimular o mercado da produção orgânica, proporcionando à população frutas, verduras, raízes e outras partes de vegetais mais saudáveis e sobretudo respeitando o meio ambiente.

A inspeção direta e a classificação dos produtos de origem animal e vegetal, como bebidas e refrigerantes, carne e seus derivados, garantem um padrão mínimo dos alimentos que chegam à mesa do consumidor.

A fiscalização da produção e comércio de produtos veterinários, de rações, de sementes, de agrotóxicos, de fertilizantes, corretivos e inoculantes, é responsável direta pela qualidade dos produtos. Além do combate da produção e comercialização clandestina, são realizadas vistorias e controle através da coleta de amostras e análises laboratoriais. Desta forma, com os respectivos registros dos estabelecimentos e resultados dos testes, os produtos chegam ao mercado com qualidade, uniformidade e garantia dos padrões estabelecidos. Com isso, alcança-se uma produção agropecuária que oferece alimentos mais seguros e saudáveis.

A Sanidade Agropecuária está sempre vigilante no controle, erradicação e propagação das enfermidades dos animais e vegetais, através de parcerias com instituições estaduais e municipais, com a implementação dos programas e acordos internacionais.

Por fim, o Serviço de Vigilância Internacional instalado na fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana nas cidades de Pacaraima e Bonfim respectivamente, controlam o trânsito de produtos de origem animal e vegetal, impedindo a entrada de pragas e doenças em território brasileiro.

2.4 Indicadores

Os diversos serviços executados pela SFA/RR possuem metas específicas sendo que o conjunto de indicadores está pautado no Planejamento Estratégico do MAPA, representado pelo seu Mapa Estratégico, que foi apresentado a 95% dos servidores.

O Mapa Estratégico, seguindo a metodologia *Balanced Score Card (BSC)*, está desenhado em quatro perspectivas: **Pessoas e Processos** (clientes internos) e **Parceiros e Sociedade** (clientes externos) que desdobram-se em vinte e cinco **Objetivos Estratégicos**, com suas respectivas **Tarefas e Resultados Estratégicos**, cuja avaliação se dá através dos **Indicadores dos Resultados Estratégicos**. A leitura lógica deste Mapa é feita em linha ascendente, tendo como base o investimento em **Pessoas**, que melhoram os **Processos**, interagindo com os **Parceiros** do Agronegócio em benefício da **Sociedade**.

Os Indicadores Institucionais encontram-se consolidados no Relatório de Gestão 2012 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, até a presente data não foram implantados os Indicadores na SFA-RR.

3. Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012

3.1 Estrutura de Governança

Na UJ não existe uma estrutura de auditoria normatizada e com atribuições definidas, pois tal controle é efetuado no próprio Ministério.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

A equipe procura se pautar na legislação vigente e utilizar ferramentas tais como: SIAFI Gerencial, SIAFI Operacional, Plano Operativo, Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – SIGED, dentre outras, para assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para a unidade sejam alcançados. Mas temos plena consciência que necessitamos normatizar o processo para aumentar a eficiência.

PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/01/2012
 QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	x				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Análise Crítica:					
O Controle Interno de Auditoria é feito pelo Ministério, cabendo aos servidores da UJ seguirem a Legislação para evitar procedimentos falhos.					
Reconhecemos a necessidade de aperfeiçoarmos nossos processos, que atualmente contam somente com a vontade de acertar dos servidores envolvidos.					
Importante frisar que todas as ações desencadeadas são inicialmente levadas a AGU para parecer técnico, na tentativa de evitar possíveis erros.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

4. Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.5 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa	2028					
Título	Defesa Agropecuária					
Órgão Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.733.697,91	1.733.697,91	1.733.697,91	1.398.962,61	-	334.735,30	1.398.962,61

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2134					
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos.					
Unidade Responsável	Departamento de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal-DIPOV					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
234.692,15	234.692,15	1.452,46	1.452,46	-	-	1.452,46
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização realizada	Unidade	2.000	5.094	234.692,15	1.452,46

Análise Crítica

A meta prevista foi cumprida e até superada, o que auxiliou na contenção das pragas quarentenárias presentes no estado, diminuindo-se o risco de entrada das mesmas em outras Unidades da Federação, fato que poderia causar sérios prejuízos ao agronegócio nacional.

O maior problema encontrado foi a não celebração de Convênio entre o MAPA e a Agência de Defesa Agropecuária do Estado, fato que iria melhor estruturá-la, além de injetar recursos financeiros para uma melhor execução das metas.

A alteração significativa a mais na meta prevista (fiscalizações realizadas) deve-se ao fato da introdução de nova praga no Estado. Trata-se da cochonilha rosada do hibisco (*maconellicoccus hirsutus*), que necessita de inspeção dos produtos de plantas hospedeiras para trânsito a outras Unidades da Federação.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Houve um valor empenhado de R\$ 228.201,25 que foi destinado a Convênio com a Agência de Defesa Agropecuária de Roraima. Encaminhado ofício para consulta à ADERR, para saber do interesse de celebrar Convênio ainda no ano de 2012. Como não houve mais interesse da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima no andamento do Processo do Convênio, devido à exiguidade de tempo, o valor empenhado para tal finalidade não foi utilizado pela SFA-RR.

A seguir estão relatados alguns aspectos do programa julgados relevantes para a compreensão do desempenho do exercício.

Conforme determina a Instrução Normativa Nº 54, de 04/12/2007, o OEDSV/RR deverá apresentar relatório semestral de atividades, possibilitando a consolidação de dados e acompanhamento pelo SIFISV/RR. Visando atender ao SIPLAN, foi solicitada informação parcial das fiscalizações realizadas pela ADERR. No ano foram inspecionadas 5.094 partidas no Posto Fixo de Fiscalização Agropecuária em Jundiá e Rodoviária Internacional de Boa Vista, sendo 4.790 na saída (para o Amazonas) e 304 na entrada (de Roraima).

Com a introdução da praga quarentenária cochonilha rosada do hibisco (*Maconellicoccus hirsutus*) entrada em vigor da IN SDA Nº. 30/2011, de 24/08/11, os frutos de Abacate (*Persea americana*), Amora (*Morus spp.*), Banana (*Musa spp.*), Cacau (*Theobroma cacao*), Café (*Coffea spp.*), Caqui (*Diospyros kaki*), Mamão (*Carica papaya*), Maracujá (*Passiflora spp.*), Pimentas e Pimentões (*Capsicum spp.*), Quiabo (*Abelmoschus esculentus*), Uva (*Vitis spp.*), bem como qualquer fruto das plantas do gênero *Spondias spp.* ou das famílias *Annonaceae*, *Cucurbitaceae* e *Myrtaceae*, provenientes do Estado de Roraima somente poderão transitar para outra UF após inspeção da partida efetuada por agente do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima e emissão da Permissão de Trânsito de Vegetais - PTV. Estão sujeitas às mesmas exigências descritas no caput desse artigo as partidas de Alface (*Lactuca sativa*), Beterraba (*Beta vulgaris*), espigas de Milho (*Zea mays*) com palha, flores de corte e vagens de espécies da família *Fabaceae*.

Identificação da Ação						
Código	8572					
Descrição	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais					
Unidade Responsável	Departamento de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal-DIPOV					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
297.668,68	297.668,68	104.933,27	104.933,27	-	-	104.933,27
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Área controlada	Ha	50.302	50.302	297.668,68	104.933,27

Análise Crítica

A meta prevista foi cumprida, o que auxiliou na contenção das pragas quarentenárias presentes no estado, diminuindo-se o risco de entrada das mesmas em outras Unidades da Federação, fato que poderia causar sérios prejuízos ao agronegócio nacional.

O maior problema encontrado foi a não celebração de Convênio entre o MAPA e a Agência de Defesa Agropecuária do Estado, fato que iria melhor estruturá-la, além de injetar recursos financeiros para uma melhor execução da meta.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Foi destinado a Convênio com a Agência de Defesa Agropecuária de Roraima um montante no valor de R\$ 150.376,98. Na ocasião encaminhou-se Ofício à ADERR para que informasse se ainda haveria interesse da mesma em celebrar Convênio no ano de 2012. Como em resposta foi informado que não haveria mais interesse da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima no andamento do Processo do Convênio, devido à exiguidade de tempo, o valor empenhado para tal finalidade não foi utilizado pela SFA-RR.

Foi disponibilizado para combate à mosca da carambola em Roraima o valor de R\$ 113.879,00, que foram descentralizados pelo sistema SIOR, no PI PCEVEGETAL, para custear as despesas de novembro e dezembro de 2012, na execução das ações de monitoramento, controle e erradicação da mosca da carambola no Estado, face à inexistência de orçamento no PI ERRADMOSCA.

A seguir estão relatados alguns aspectos do programa julgados relevantes para a compreensão do desempenho do exercício, de acordo com cada praga quarentenária presente no Estado.

Cancro cítrico: Em outubro de 2002 foi identificada pela primeira vez a presença da bactéria *Xanthomonas axonopodis* pv citri causadora do cancro cítrico no Estado de Roraima. Até a presente data, verificou-se que a presença da praga restringe-se ao município de Boa Vista, possibilitando manter um esquema de supervisão de áreas produtoras, certificando partidas destinadas ao mercado do Amazonas, garantindo a manutenção de empregos, renda e condição fitossanitária. Segundo o último censo agropecuário, o estado de Roraima possui 600 ha de citros (IBGE-2002). Os trabalhos de prevenção, controle e erradicação do cancro cítrico são executados pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima - ADERR, e supervisionados pela SFA-RR. Ainda não foi equacionado o problema de pagamento de análises fitossanitárias entre a ADERR e EMBRAPA-RR. Há ainda a impossibilidade de se enviar amostras de plantas cítricas a laboratórios de outros Estados, pois há o risco de disseminação do ácaro hindu dos citros - *Schizotetranychus hindustanicus* a outras UFs livres da praga, tendo em vista que está presente somente em Roraima e disseminada nas áreas onde há ocorrência de cancro cítrico. Constata-se a necessidade de urgente intensificação dos trabalhos de levantamento e erradicação de focos em Boa Vista. Isto impediria que a praga se disseminasse para outras regiões do estado, tendo em vista que muitos produtores rurais fixam suas residências na capital e visitam suas propriedades rurais regularmente, podendo assim, serem vetores involuntários da praga.

Ácaro hindu dos citros: O Serviço de Sanidade Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura de Roraima - SIFISV/DDA/SFA-RR recebeu o Ofício DSV/SDA/Nº. 216/2008, de 04/06/2008, notificando a ocorrência da praga *Schizotetranychus hindustanicus* (Hisrt, 1924), ácaro hindu do citros, praga exótica, no estado de Roraima. Desde então, com a colaboração de outros órgãos, como a EMBRAPA-RR e ADERR, vem tentando encontrar meios de conter a praga no estado de Roraima, que é o único estado brasileiro com sua presença. Há em Roraima, em atividade, três equipamentos que fazem o beneficiamento dos frutos cítricos destinados à exportação para estados indenes quanto à praga ácaro hindu dos citros, atendendo às exigências contidas na IN 08/2012 de 17.04.2012. Estão sendo emitidos CFO e CFOC para trânsito de frutos cítricos, que embasam as PTVs a serem emitidas pela ADERR no Posto de Fiscalização do Jundiá

Cancro da videira: No trabalho de prevenção e controle da praga *Xanthomonas campestris* pv viticola (cancro da videira), em Roraima, estão sendo realizadas reinspeções mensais pela ADERR nas áreas onde foi detectado foco da praga e demais áreas com cultivo da videira. Ao SIFISV/DDA/SFA-RR cabe o acompanhamento/supervisão dos trabalhos realizados pelo ADERR, visando ter o estado de Roraima com o status de livre da referida praga. O cultivo da videira em Roraima está restrito ao município de Boa Vista, com área inicialmente plantada de 29 ha, divididos entre 16 produtores, sendo que apenas 04 possuíam área superior a 1,0 ha. Há Atualmente, após as erradicações, seis propriedades produtoras de uva somente das variedades Isabel e Niágara, totalizando aproximadamente 9,5 ha.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Sigatoka negra: Com a entrada em vigor da IN 4/2012, fica autorizado o trânsito entre áreas com ocorrência da praga, conforme artigo primeiro que alterou o artigo segundo da IN 17/2005 item V. Portanto, como o estado do Amazonas não possui Área Livre e não solicitou a revisão de sua condição fitossanitária, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 11, o trânsito de frutos de bananeira entre os dois Estados não tem restrições. Roraima não possui nenhuma área adotando o sistema de mitigação de risco para a praga, contribuindo, assim, em sua disseminação para áreas ainda indenadas, o que ajuda a causar redução na produção e produtividade dos cultivos existentes e dos que virem a ser implantados.

Mosca negra dos citros: No ano de 2009 foi emitido Laudo Oficial de Diagnóstico Fitossanitário, elaborados pelo Instituto Biológico de Campinas a pedido da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima - ADERR, que apresentou como positivo a presença de ovos e ninfas da mosca negra dos citros - *Aleurocanthus woglumi*, em folhas de laranja e limão tahiti no estado de Roraima. Está sendo cumprido o que preconiza a IN 34/2009 quanto à praga ácaro hindu dos citros (*Schizotetranychus hindustanicus*), o que dificulta a dispersão da praga mosca negra dos citros por meio de exportação de produtos cítricos, pois está havendo o beneficiamento dos frutos pelos tratamentos químico e físico, e não há condições propícias para a presença de folhas e ramos na partida. Além disso, o Amazonas, que é o único destino da exportação da produção de Roraima, é um dos estados em que a praga se encontra presente, no País.

Ácaro vermelho das palmeiras: No Posto de Fiscalização Fitossanitária de Novo Paraíso, está havendo o controle do trânsito de plantas e suas partes, hospedeiras do ácaro vermelho das palmeiras (Musaceae, Heliconiaceae, Strelitzaceae, Zingiberaceae e Arecaceae), por Técnicos da ADERR em regime de plantão, buscando-se minimizar o risco de introdução da praga em áreas indenadas do Estado. Devido a notificação da ocorrência da praga no estado do Amazonas, deixou-se de emitir CFO/CFOC para produtos das plantas hospedeiras, tendo em vista que são destinadas exclusivamente ao mercado daquele Estado.

Cochonilha Rosada do hibisco: Com a introdução da praga cochonilha rosada do hibisco (*Maconellicoccus hirsutus*) no Estado em 2011, entrou em vigor a IN 30 de 24 de agosto de 2011, que determina inspeção em amostra representativa de produtos de plantas hospedeiras da praga no estado de Roraima. Estes somente poderão transitar para outra UF após inspeção da partida efetuada por agente do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima e emissão da Permissão de Trânsito de Vegetais - PTV. Tendo-se por base os últimos levantamentos fitossanitários de detecção efetuados pela equipe técnica da ADERR na região produtora de banana e rota de risco, verifica-se que até o momento a praga não se deslocou das regiões onde estão as áreas foco (Municípios de Boa Vista, Bonfim, Normandia e Pacaraima), que se encontram ao norte do Estado.

Monilíase do cacaueteiro: A praga *Moniliophthora roreri* (Monilíase do cacaueteiro) é uma praga que está ausente no Brasil atualmente. Por sua importância devido aos severos danos que pode causar à cacauicultura em nosso País, estão sendo monitoradas as áreas fronteiriças com os países nos quais a praga está presente. No caso de Roraima, a República Bolivariana de Venezuela. Portanto, durante o ano foram executadas prospecções em todo o Estado, conforme relatos a seguir. Através de convite efetuado pela EMBRAPA-RR, através do E-mail SCG/Embrapa Roraima nº. 19/2012, dirigido ao Superintendente Federal de Agricultura em Roraima (SFA-RR), foi realizada uma viagem a cidade de Pacaraima, em veículo do órgão solicitante, acompanhando o pesquisador fitopatologista Dr. Daniel Schurt. O motivo foi realizar uma visita a um produtor de cupuaçu em Pacaraima visando estudar a possível presença de vassoura-de-bruxa (*Crinipelis pernicioso*) em sua plantação. Aproveitou-se a oportunidade para visitar a Prefeitura Municipal de Pacaraima, onde houve reunião com o Prefeito Municipal, sua Assessora Jurídica e o Secretário de Agricultura do Município. Nessa reunião foi relatada a preocupação com a possível entrada da praga monilíase do cacaueteiro devido à vizinha Venezuela ser um dos países da América do Sul onde ela está presente. Executou-se, também, a inspeção anual programada de cacaueteiros e cupuaçuzeiros em áreas pré-

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

definidas, que visa à prospecção da praga *Moniliophthora roreri* (Monilíase do cacau). Não foi observado nenhum sintoma suspeito da praga em frutos nos cacauzeiros e cupuaçuzeiros inspecionados. Executou-se a inspeção anual programada de cacauzeiros e cupuaçuzeiros em áreas pré-definidas, que visa à prospecção da praga *Moniliophthora roreri* (Monilíase do cacau), nos dias 31 de outubro e 01 de novembro em plantas de cacau (*Theobroma cacao*) na sede dos municípios de Normandia (coordenadas geográficas N 03°53'07,8" e W 059°37'59,2", N 03°53'03,2" e W 059°37'27,7" e N 03°52'54,5" e W 059°37'33,5") e do Bonfim (coordenadas geográficas N 03°21'30,6" e W 059°50'00,4", N 03°21'36,6" e W 059°49'37,0"). Não foi observado nenhum sintoma suspeito da praga em frutos nos cacauzeiros e cupuaçuzeiros inspecionados. Foi realizada uma viagem, entre os dias 28 de novembro e 02 de dezembro, com a finalidade de se verificar "in loco" a situação em que se encontra no momento a dispersão da praga *Moniliophthora roreri* (Monilíase do cacau) na região ora visitada. Durante a viagem executou-se a inspeção anual programada de cacauzeiros em áreas pré-definidas, que visa a prospecção da praga. Foram visitadas duas propriedades. Uma na região do Rorainópolis e outra na região de Caroebe. Ambas as propriedades possuem plantio de cacauzeiros numa área de aproximadamente 03 ha cada. Os pontos geográficos das referidas propriedades foram registrados através de GPS manual. Não houve observação de frutos com sintomas suspeitos da presença da praga.

Identificação da Ação						
Código	8939					
Descrição	Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal					
Unidade Responsável	Departamento de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal-DIPOV					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
24.824,98	24.824,98	24.824,98	16.376,09	-	3.242,31	16.373,09
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização Realizada	unidade	12	71	24.824,98	16.376,09

Análise crítica:

Cumprimento das metas físicas:

Consideramos que os resultados obtidos (fiscalizações, autuações e seus desdobramentos) foram satisfatórios no decorrer do ano, haja vista o aumento das empresas que buscaram legalizar a atividade e o trabalho conjunto com as vigilâncias sanitária estadual e municipal na inibição dos empreendimentos informais e clandestinos que ao final do ano acrescentou a previsão física das metas em quantidade não esperada;

Ações que apresentaram problemas de execução:

A liberação financeira não acompanha o planejamento no início do ano, pois sempre acarreta prorrogação do início das atividades;

A licitação para contrato de fornecimento de combustíveis sempre reinicia no começo do ano, por várias vezes impedindo o fornecimento da parte do contratado;

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

A amplitude observada na meta prevista em relação a realizada deve-se a consagração de uma operação conjunta deste setor com a vigilância sanitária municipal em estabelecimentos comerciais de bebidas em geral;

Ações prioritárias na LDO:

Considerando que esta análise especifica-se quanto a aplicação financeira, este programa interno cumpriu o planejado, exceto pelas ocorrências citadas no item 2;

Restos a pagar:

Refere-se a empresa que presta serviço de envio de amostras para outros estados da federação, a qual não conclui o processo para recebimento até data de 31 de dezembro de 2012.

Identificação da Ação						
Código	4746					
Descrição	Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal					
Unidade Responsável	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - DIPOV					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.108,58	6.108,58	6.108,58	4.127,72	-	-	3.896,47
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização Realizada	unidade	40	26	6.108,58	4.127,72

Análise crítica:

Cumprimento das metas físicas:

Consideramos que os resultados obtidos (fiscalizações, autuações e seus desdobramentos) foram satisfatórios no decorrer do ano, haja vista que o único posto de classificação credenciado ficou sem funcionar a maior parte do ano, portanto, impossibilitando maiores inspeções nos lotes dos produtos ofertados;

Ações que apresentaram problemas de execução:

A liberação financeira não acompanhou o planejamento no início do ano, pois sempre acarreta prorrogação do início das atividades, além do contingenciamento para o programa interno;
A licitação para contrato de fornecimento de combustíveis sempre reinicia no começo do ano, por várias vezes impedindo o fornecimento da parte do contratado;

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Considerando o item 2, o contingenciamento de recursos prejudicou a execução das metas;

Ações prioritárias na LDO:

Considerando que esta análise especifica-se quanto a aplicação financeira, este programa interno cumpriu o planejado, exceto pelas ocorrências citadas no item 2;

Restos a pagar:

Nada consta.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Análise crítica geral:

Na ausência de laboratórios oficiais ou credenciados no estado e, a distância para remessa de material, por algumas vezes, o rito processual ou fica prejudicado ou não pode ser continuado.

A frota de veículos desta superintendência com vida útil satisfatória está prejudicada para a variedade de serviços e, somado a isto, as condições sofríveis de nossas estradas.

Identificação da Ação						
Código	4738					
Descrição	Erradicação da Mosca da Carambola.					
Unidade Responsável	Superintendência Federal de Agricultura em Roraima – SFA/RR					
Unidade Orçamentária	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA - 22101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.078.587,17	1.078.587,17	874.226,06	550.030,25	-	324.195,81	550.030,25
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Área Controlada	ha	22.429.898	22.429.898	1.078.587,17	550.030,25

Análise Crítica

Cumprimento das metas:

A meta prevista de manter sob controle a área de 22.429.898 hectares, ou seja, o estado de Roraima, foi cumprida.

A seguir são descritas sucintamente as ações e resultados alcançados em cada local de trabalho.

A mosca da carambola foi detectada em Roraima, município de Normandia em 20/12/2010; no Mutum (município de Uiramutã) em 02/02/2011; na sede do Uiramutã em 26/04/2011; na localidade de Água Fria, município de Uiramutã, em 12/03/2012; na comunidade indígena de Maturuca, município de Uiramutã, em 01/08/2012 e na comunidade indígena de Maracanã I, município de Uiramutã, em 07/08/2012.

A Instrução Normativa SDA N° 9, de 9/03/2011 (DOU n° 47 de 10 /03 2011) considera o estado de Roraima como área de emergência fitossanitária para implementação do Plano de Supressão e Erradicação da praga denominada *Bactrocera carambolae* (mosca da carambola).

A situação atual nas áreas onde foram detectados focos é a seguinte: em Normandia a última captura foi realizada em 23/01/2011 (707 dias sem detecção em 30/12/2012); no Mutum (Uiramutã) a última captura foi realizada em 01/03/2011 (670 dias sem detecção em 30/12/2012); no Uiramutã (Água Fria) a última captura foi realizada em 12/03/2012 (293 dias sem detecção em 30/12/2012); na comunidade indígena de Maturuca (Uiramutã) em 01/08/2012 (151 dias sem detecção em 30/12/2012); na comunidade indígena de Maracanã I (Uiramutã) em 07/08/2012 (145 dias sem detecção em 30/12/2012); a sede do município de Uiramutã a última captura foi em 01/10/2012 (90 dias sem detecção em 30/12/2012).

Nos outros municípios do estado de Roraima não foi detectado foco da praga até o momento.

Para a obtenção dos resultados apresentados, diversas ações foram executadas, devendo-se ressaltar as realizadas nos municípios de Normandia e Uiramutã, locais onde já ocorreram focos da mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*). Em 2012 foi realizada a pulverização de 847.800 árvores com mistura de proteína hidrolisada e malathion; coleta e enterrio de 1.707 kg de frutos hospedeiros da mosca da carambola e confecção e lançamento de 26.998 blocos embebidos em Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680
TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

metil eugenol e malathion, para aniquilamento dos espécimes machos da praga. Ações de educação sanitária também foram executadas, com a realização de palestras, acompanhamento das ações dos multiplicadores treinados, realização de cursos de educação sanitária, orientação à população e em barreiras fitossanitárias. Em Roraima estão instaladas e são monitoradas 456 armadilhas Jackson e 154 armadilhas Mc Phail totalizando 610 armadilhas distribuídas estrategicamente em 13 rotas, abrangendo todo o estado. No trabalho de monitoramento são percorridos mensalmente 10.500 km.

As atividades desenvolvidas em cada frente de trabalho são as seguintes:

- Normandia: monitoramento quatro vezes por semana de 79 armadilhas Jackson e 79 armadilhas Mc Phail, sendo percorridos 50 km por monitoramento; pulverização semanal com proteína hidrolisada e malathion em toda a cidade; coleta (catação) e enterrio de frutos hospedeiros; confecção e lançamento de blocos; sendo realizado também monitoramento semanal de 27 armadilhas Jackson da rota Normandia/Placas onde são percorridos 668 km. Neste trabalho o percurso mensal é de 4.172 km.

- Mutum (Uiramutã): monitoramento diário de 23 armadilhas Jackson e 23 armadilhas Mc Phail, sendo percorridos 03 km; pulverização semanal com proteína hidrolisada e malathion em toda a cidade; coleta (catação) e enterrio de frutos hospedeiros; confecção e lançamento de blocos. Neste trabalho são percorridos mensalmente 90 km.

- Uiramutã (sede): o trabalho realizado no município de Uiramutã contou com a presença de um servidor cedido pela Agência de Defesa Agropecuária do Pará - ADEPARÁ, amparado pelo termo aditivo nº 001/2011 ao Termo de Cooperação Técnica nº 001/2010/MAPA/ADEPARÁ/DIAGRO, Processo nº 21030.002390/2008-31, estabelecendo a cooperação técnica entre as Superintendências Federais de Agricultura e órgãos estaduais de Defesa agropecuária dos estados do Amapá, Pará e Roraima, que atua como coordenador local das atividades nas áreas foco, onde são realizadas atividades de monitoramento diário de 28 armadilhas Jackson e 19 armadilhas Mc Phail, sendo percorridos 04 km por monitoramento; pulverização diária com proteína hidrolisada e malathion em toda a área perifocal da última detecção. A equipe local realiza semanalmente o monitoramento da rota Uiramutã/Mutum, sendo inspecionadas 28 armadilhas Jackson, percorrendo 434 km, abrangendo 11 (onze) comunidades indígenas. Realiza também semanalmente o monitoramento da rota Uiramutã/Monte Muriá, sendo inspecionadas 11 armadilhas Jackson, percorrendo 40 km. Neste trabalho são percorridos mensalmente 2 600 km.

- Uiramutã (Água Fria): Monitoramento de 52 armadilhas, sendo 42 Jackson e 10 Mc Phail, pulverização semanal com proteína hidrolisada e malathion em toda a cidade; coleta (catação) e enterrio de frutos hospedeiros; confecção e lançamento de blocos. Neste trabalho são percorridos mensalmente 600 km.

-Uiramutã (Maturuca): as ações de erradicação da mosca da carambola no local são executadas pela equipe sediada em Uiramutã, sendo realizadas atividades de monitoramento diário de 12 armadilhas Jackson e 12 armadilhas Mc Phail, sendo percorridos 50km/monitoramento; pulverização três vezes por semana com Spinosade em toda a área perifocal da última detecção; coleta (catação) e enterrio de frutos hospedeiros, realizada conforme o período do ano; confecção e lançamento de blocos.

-Uiramutã (Maracanã I): as ações de erradicação da mosca da carambola no local são executadas pela equipe sediada em Uiramutã, sendo realizadas atividades de monitoramento diário de 11 armadilhas Jackson e 11 armadilhas Mc Phail, sendo percorridos 50 km/monitoramento; pulverização três vezes por semana com Spinosade em toda a área perifocal da última detecção; coleta (catação) e enterrio de frutos hospedeiros, realizada conforme o período do ano; confecção e lançamento de blocos.

- Região Sul (centro/sul) de Roraima e Rota Bonfim: monitoramento quinzenal em cada uma das rotas, sendo que na rota Região Sul estão instaladas 78 armadilhas Jackson, sendo percorridos 1.420 km, abrangendo 07 (sete) municípios. Na rota Bonfim encontram-se instaladas 68

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

armadilhas Jackson, sendo percorridos 1.277 km. Neste trabalho são percorridos mensalmente 5 394 km.

- Fiscalização em Barreira Fitossanitária em Normandia: fiscalização realizada das 08 às 12 e das 14 às 18 horas, sendo efetuada por um técnico em agropecuária da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima - ADERR.

- Coordenação Estadual: equipe composta por um servidor federal (responsável técnico pelo PI ERRADMOSCA), que procede ao acompanhamento periódico das ações desenvolvidas pelas equipes de trabalho.

- Educação Sanitária: Equipe composta por três servidores federais, devidamente capacitados para atuar como multiplicadores nas ações de educação sanitária no Programa de Erradicação. Ressalte-se esta ser uma ação estratégica para a manutenção do status fitossanitário, promovendo esclarecimentos à população sobre os riscos e cuidados quanto à disseminação da praga. Como estratégia de ação a equipe desloca-se para as localidades onde estão sendo executadas ações de combate e zona tampão, prioritariamente e nas demais regiões posteriormente, promovendo palestras, cursos de multiplicadores, acompanhamento dos resultados obtidos, etc. Em cada localidade trabalhado é desenvolvida uma estratégia de ação, de acordo com as peculiaridades do local e o tipo de público a que se destina como crianças, jovens, adultos, indígenas, professores, agentes de saúde, zona urbana ou rural, etc.

Em Normandia, foram inspecionados 25.962 veículos (motos veículos de passeio, ônibus, caminhões, ambulância, bicicletas) sendo apreendidos e destruídos 262 kg produtos hospedeiros.

Na rodoviária internacional de Boa Vista foram vistoriados 4.034 ônibus sendo interceptados 6.135,6 kg de produtos e no Posto de Fiscalização Agropecuário Móvel de Novo Paraíso, localizado estrategicamente no entroncamento das rodovias BR 210, BR 174 e BR 432, foram vistoriados 69.588 veículos, sendo interceptados 8.158 kg de produtos, trabalho realizado por técnicos da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima - ADERR.

No Posto de Vigilância Agropecuária Internacional localizado no município de Bonfim, fronteira com a República da Guiana foram inspecionados de janeiro a dezembro 11.458 veículos e apreendidos 145 kg de produtos hospedeiros da mosca da carambola.

Eventuais problemas de execução:

Os recursos financeiros solicitados ao Departamento de Sanidade Vegetal - DSV foram liberados de acordo com o solicitado, embora devido à condição de excepcionalidade em que se encontra o estado de Roraima (emergência fitossanitária), a entrada em vigor do Decreto 7.689/2012 e normas complementares, que estabelecem limites para o pagamento de diárias dificultou a liberação/renovação de diárias do pessoal envolvido no monitoramento e combate.

Importante salientar que o quantitativo de diárias pagas é elevado devido os servidores envolvidos estarem treinados para os trabalhos e a Superintendência Federal de Agricultura em Roraima - SFA/RR não dispor de pessoal suficiente para manter um rodízio constante de trabalhadores em campo, sendo obrigada a proceder à renovação das diárias.

A equipe de campo está restrita a onze servidores, sendo dois em Normandia, cinco em Uiramutã, dois monitorando o restante do estado de Roraima, um coordenador local cedido pela Agência de Defesa Agropecuária do Pará - ADEPARÁ com diárias custeadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e um fiscal federal agropecuário coordenando as ações sendo o responsável pelo PI ERRADMOSCA (Erradicação da Mosca da Carambola) em Roraima.

Ressalte-se que a maior parte das ações de monitoramento e controle da mosca da carambola em Roraima são desenvolvidas em áreas indígenas (isoladas), onde as condições de acesso e trânsito são extremamente precárias, constituindo-se em grande parte de terreno montanhoso (serras) e embora todos os cuidados sejam adotados, danos aos veículos são comuns, demandando a realização de constantes trabalhos de consertos e manutenções preventivas, razão de

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

os veículos utilizados no programa em Roraima apresentarem-se em estado regular/ruim de utilização necessitando substituição imediata.

Após verificação “in loco” a situação em que se encontra o posto de Fiscalização Agropecuária Intermunicipal, localizado na rodovia BR 401, município de Normandia, instalada com a finalidade de proibir o trânsito de frutos de plantas hospedeiras da mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*), constatou-se que tanto no aspecto de estrutura física quanto a realização dos trabalhos de inspeção/fiscalização fitossanitária não estão sendo atendidas as condições mínimas para a manutenção da segurança fitossanitária requerida, sendo solicitada providências junto a Agência de Defesa Agropecuária de Roraima - ADERR.

Convênio com a Agência de Defesa Agropecuária de Roraima - ADERR deverá ser celebrado com a finalidade de atender as normas vigentes que prevêm a execução das ações monitoramento, controle e educação sanitária por parte do órgão estadual de defesa ficando a cargo da Superintendência Federal de Agricultura em Roraima - SFA/RR o trabalho de acompanhamento, supervisão e auditoria. Vale ressaltar que embora proposta de convênio tenha sido apresentada, o mesmo não foi celebrado em 2012 devido ao estado de Roraima encontrar-se inadimplente, impossibilitando sua aprovação.

Roraima provavelmente já teria a mosca da carambola como erradicada de seu território, não fosse o problema com a República da Guiana, que não está realizando ações de erradicação da praga em seu território, causando, então, capturas de machos em armadilhas localizadas próximas à fronteira com o Brasil, o que ocasiona a constante aplicação das medidas de controle prescritas pelo Plano Emergencial.

Todos os esforços deverão ser envidados no sentido de realizar monitoramento conjunto com a República da Guiana, possibilitando detectar novos focos em território guianense com vistas a diminuir a pressão da praga na região e conferir maior segurança fitossanitária na fronteira e no estado de Roraima.

Restos a pagar:

O montante de recursos no valor de R\$ 324.195,81 (trezentos e vinte e quatro mil, cento e noventa e cinco reais e oitenta e um centavos) referem-se a materiais de consumo a serem utilizados no programa de erradicação da mosca da carambola que já se encontram licitados, aguardando a entrega dos mesmos à Superintendência Federal de Agricultura em Roraima - SFA/RR para posterior pagamento. Ressalte-se que do valor total R\$ 280.500,00 estão destinados ao pagamento de 17.000 litros do inseticida Spinosade, a ser utilizado no controle da mosca da carambola.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Identificação da Ação						
Código	2179					
Descrição	Fiscalização de Sementes e Mudas					
Unidade Responsável	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
45.125,39	45.125,39	36.587,30	36.587,30	-	-	36.587,30
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	unidade	93	94	54.488,90	36.587,30

Análise Crítica

As metas programadas foram 100% cumpridas. A meta prevista para o exercício foi fixada em 93 fiscalizações e foram cumpridas 94, portanto 1,075 % superior ao programado.

Os recursos descentralizados foram inferiores ao previsto no Plano Operativo Anual 2012 - POA 2012 - desta unidade, devido ao contingenciamento de recursos ocorrido a partir do primeiro trimestre do ano, bem como o lançamento no POA 2012, de recursos para custeio de deslocamentos e diárias para participação de servidores em algumas reuniões técnicas e eventos nacionais programados não ocorreram.

Identificação da Ação						
Código	2141					
Descrição	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes					
Unidade Responsável	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
13.334,21	13.334,21	12.822,90	12.822,90	-	-	12.822,90
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	unidade	50	50	28.500,00	12.822,90

Análise Crítica

Cumprimento das metas físicas

Foram cumpridas 100 % das metas programadas no Plano Operativo Anual 2012, apesar do contingenciamento de recursos a partir do primeiro trimestre do exercício, bem como a descentralização de recursos fora do prazo estipulado.

Apesar do índice de cumprimento das atividades programadas ter sido satisfatório, em alguns meses não foi realizada nenhuma fiscalização, pelo fato da alocação intempestiva dos recursos. Porém, houve compensação das atividades nos meses seguintes.

A grande diferença entre a meta financeira prevista e a realizada é justificada pela programação no Plano Operativo Anual de recursos para cobrir despesas de deslocamento e passagens aéreas para participação de servidores em eventos nacionais, que nem sempre ocorre conforme planejado, e também pelo contingenciamento de recursos citado anteriormente.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Identificação da Ação						
Código	2909					
Descrição	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins					
Unidade Responsável	Coordenação de Agrotóxicos e Afins CGAA/DFIA					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.756,21	9.756,21	9.756,21	9.756,21	-	-	9.756,21
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	unidade	0	0	0	9.756,21

Análise Crítica

Para a atividade em tela, até o momento não foram estipuladas metas a serem cumpridas, visto as competências da União no tocante aos agrotóxicos, definidas na Lei 7.802/89, quais sejam, legislar sobre o tema, inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos produtores, importadores, e exportadores de agrotóxicos, bem como fiscalizar empresas que atuem nas atividades de tratamento fitossanitário com fins quarentenários. No Estado de Roraima até o presente não atua nenhuma empresa nas atividades alvo de fiscalização desta instituição, o que faz com que as quantidades programadas e realizadas sejam nulas.

Os recursos alocados para a Superintendência Federal de Agricultura em Roraima na atividade em questão foram para custeio de passagens aéreas e diárias para a participação de servidores e colaboradores eventuais em reuniões técnicas realizadas pelo órgão central, a exemplo do Encontro Nacional de Fiscalização e Seminário sobre Agrotóxicos – ENFISA, que ocorreu na cidade de Curitiba/PR, e para reuniões ocorridas em Brasília para preparativos do ENFISA – etapa Norte, bem como para participação neste evento

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Identificação da Ação						
Código	Ação 2180					
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.					
Unidade Responsável	UVAGRO RORAIMA					
Unidade Orçamentária	130007 - SDA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
	41.000,00	40.808,86	40.808,86	-	-	40.808,86
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Partida Inspeccionada	Fiscalização realizada	1.213	1.592	41.000,00	40.808,86

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA: FISCPLANTA AÇÃO 2180

Elementos De Despesas	Código	Programado (A) R\$	Liberado (B) R\$	Empenhado (C) R\$	Pago (D) R\$	D/B X 100% (E)
Diárias	339014	20.900,00	20.900,00	20.900,00	20.708,86	99,0
M. Consumo	339030	10.800,00	10.800,00	10.800,00	10.800,00	100,0
Passagens	339033	7.300,00	7.300,00	7.300,00	7.300,00	100,0
Serv. Terceiro	339039	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	100,0

Fonte: SEOF/SFA-RR

Identificação da Ação						
Código	Ação 2181					
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de animais, seus Produtos e Insumos.					
Unidade Responsável	UVAGRO RORAIMA					
Unidade Orçamentária	130007 - SDA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
36.500,00	36.500,00	36.436,86	36.436,86	0,00	0,00	36.436,86
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Partida inspeccionada	Fiscalização realizada	639	476	36.500,00	36.436,86

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA: FISCANIMAL AÇÃO 2181

Elementos de Despesas	Código	Programado (A) R\$	Liberado (B) R\$	Empenhado (C) R\$	Pago (D) R\$	D/B X 100% (E)
Diárias	339014	17.900,00	17.900,00	17.900,00	17.836,86	99.6
M. Consumo	339030	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	100.0
Passagens	339033	3.300,00	3.300,00	3.300,00	3.300,00	100.0
Serv. Terceiro	339039	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	100.0

Fonte: SEOF/SFA-RR

OBS.: Os recursos são programados e descentralizados mensalmente para a realização das metas preconizadas para este período, em caso de urgência/emergência zoofitossanitária pode-se fazer duas ou mais programações.

01 – DEMONSTRATIVO DAS METAS PROGRAMADAS E EXECUTADAS.

Nº	Discriminação das Metas por PI's (Planos Internos) FISCPLANTA/FISCANIMAL UVAGRO-PACARAIMA	Unidade de Medida	META		Desempenhado B/A X 100 %
			Programado (A)	Alcançado (B)	
01	Termo de Fiscalização na Exportação	Nº	300	470	156.6
02	Termo de Fiscalização na Importação	Nº	480	516	107.5
03	Veículos Fiscalizados na Fronteira	Nº	10.020	12.837	128.1
04	Passageiros fiscalizados na Fronteira	Nº	30.000	34.238	114.1
05	Madeira exportada	M ³	10.200	12.033	117.9
06	Madeira exportada	M ²	78.000	62.275	79.8
07	Fertilizantes, corretivos, inoculantes	Ton.	-	10.535	100.0
08	Sementes	Ton.	-	377	100.0
09	Certificado Fitossanitário Emitido	Nº	1.020	1.210	155.1
10	Termo de Ocorrência	Nº	-	25	100.0
11	Termo de Destruição	Nº	-	71	100.0
12	Requerimento para exportação	Nº	300	464	154.6
13	Requerimento para importação	Nº	480	499	103.9
14	Exportação de carne	Ton.	-	1.147	100.0
15	Exportação de massa coalhada	Ton.	-	410	100.0

OBS.: Campanha educativa – distribuição de 1.750 folders. Instalação de 01 outdoor 6,00 m x 3,20 m na divisa com a Venezuela.

Nº	Discriminação das Metas por PI's (Planos Internos) FISCPLANTA/FISCANIMAL UVAGRO-AEROPORTO	Unidade de Medida	META		Desempenhado B/A X 100 %
			Programado (A)	Alcançado (B)	
01	Certificado Zoosanitário Internacional	Nº	-	05	100.0
02	Termo de Ocorrência	Nº	-	02	100.0
03	Termo de Destruição	Nº	-	02	100.0
04	Partidas inspecionadas – nº de vôos	Nº	180	170	56.6
06	Passageiros fiscalizados	Nº	300	340	28.3
05	Volumes fiscalizados	Nº	480	437	36.4
08	Reunião com a INFRAERO (anual)	Nº	12	09	75.0

OBS.: A diminuição considerável no item meta alcançada deve-se ao fato de cancelamento este ano da única linha oficial de vôos internacionais – Meta Linhas Aéreas.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Nº	Discriminação das Metas por PI's (Planos Internos) FISCPLANTA/FISCANIMAL UVAGRO-BONFIM	Unidade de Medida	META		Desempenhado B/A X 100 %
			Programado(A)	Alcançado (B)	
01	Veículos fiscalizados na Fronteira	Nº	12.000	11.460	95.5
02	Passageiros fiscalizados na Fronteira	Nº	32.400	36.750	113.4
03	Termo de Ocorrência	Nº	144	130	90.2
04	Termo de Destruição	Nº	144	130	90.2
05	Bagagens Fiscalizadas	Nº	27.300	29.336	107.4
06	Requerimento para Importação	Nº	-	29	100.0
07	Termo de Retenção	Nº	144	130	90.2
08	Termo de Fiscalização Passageiros	Nº	144	130	90.2
09	Produtos Apreendidos Origem Animal	Nº	-	35	100.0
10	Produtos Apreendidos Origem Vegetal	Nº	-	543	100.0

OBS.: Campanha educativa – distribuição de 16.214 folders. Instalação de 01 outdoor 6,00m x 3,20m na divisa com a Guiana.

Análise Crítica

UVAGRO/PACARAIMA

Área Vegetal

As metas atingidas superam significativamente as metas programadas para o ano de 2012, isto significa que houve maior incentivo e interesse de produtores na importação e exportação de produtos de origem vegetal.

Principal produto exportado – madeira.

Principal produto importado – corretivo de solo.

Área Animal

Principais produtos exportados

- Carne bovina origem Rondônia destino Venezuela (transito aduaneiro).
- Massa coalhada origem Paraná destino Venezuela (transito aduaneiro).
- Não existe processo de importação na área animal.

UVAGRO/BONFIM

As metas programadas alcançadas um índice satisfatório tais como veículos fiscalizações, passageiros fiscalizados e partida inspecionada isto deve-se ao fato dos trabalhos integrados com a Receita Federal, ANVISA, Polícia Federal e SEFAZ onde praticamente 100% dos veículos são fiscalizados, inclusive aos feriados e finais de semana devido a notificação de pragas quarentenárias como a Mosca da Carambola e Cochonilha Rosada nesta região.

- Principal produto importado – farinha de trigo.

UVAGRO/AEROPORTO

Diminuição significativa no número de voos fiscalizados devido ao óbito do proprietário da empresa meta transportes aéreo e conseqüente cancelamento da linha Boa Vista – Georgetown – Suriname. Fiscalização em apenas voos internacionais com escala técnica em Boa Vista por isto também o baixo número de passageiros e bagagens fiscalizadas.

Análise dos Resultados Alcançados

Os resultados alcançados foram satisfatórios, visto que, além da vigilância permanente nas unidades de fronteira através de Agentes e Fiscais Federais Agropecuários, existe uma campanha educativa direta junto aos passageiros através de orientação e distribuição de folders, outdoor e palestras, trabalhos estes integrados com o setor de Defesa vegetal e Animal da SFA-RR.

Partidas Inspeccionadas é igual ao somatório dos seguintes termos:

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

- Termo de fiscalização emitidos.
- Requerimento de fiscalização de embalagem de madeira.
- Termo de fiscalização do trânsito internacional de passageiros emitidos.
- Termos de retenção de mercadoria/produto e
- Termos de fiscalização de bagagem/encomenda emitidos.

O número de partida inspecionada é emitido pelo CAN (Coordenação da Ação Nacional) no começo do ano e distribuído pelo CAE (Coordenador da Ação Estadual) pelos 12 meses do ano, para execução das metas programadas.

CONSIDERAÇÕES:

As partidas inspecionadas são o somatório das unidades de Pacaraima, Aeroporto Internacional de Boa Vista, e Bonfim.

As ações de fiscalização são conjuntas onde há um Fiscal Federal Agropecuário responsável por sua respectiva área, ou seja, um Engenheiro Agrônomo e um Veterinário.

Na unidade de Pacaraima o maior trânsito é na Área Vegetal (Ação 2180) sendo esporádica essa ação na Área Animal (Ação 2181).

Na unidade Aeroporto Internacional de Boa Vista cada aeronave fiscaliza com a chegada ou saída para o exterior é considerada uma partida inspecionada. Os recursos das Ações 2080 e 2081 são utilizados para um mesmo fim, com resultados em deslocamento (diárias e passagens) que obedece a graduação de cada Fiscal Federal Agropecuário, ou seja, 2180 para Engenheiro Agrônomo e ação 2181 para Médico Veterinário.

Com relação à execução das metas físicas vale ressaltar que os dados informados na tabela diz respeito exclusivamente às Partidas Inspeccionadas (Termos de Fiscalização de Produtos Agropecuários) no Trânsito Internacional, outra atividades constante é a fiscalização visual e documental no trânsito de cargas, veículos e ônibus nas fronteiras com a Venezuela e Guiana.

EVENTOS NEGATIVOS

- Deficiência de Fiscal Federal Agropecuário principalmente na área vegetal, onde as unidades de Pacaraima e Bonfim possuem apenas 01 fiscal para as atividades, acarretando uma sobre carga de trabalho. Principalmente nos períodos de férias ou de ordem médica.

- Na unidade de Pacaraima o sistema de fiscalização além de trazer transtornos aos passageiros traz muita insegurança aos técnicos e fiscais isto deve-se ao fato de que a fiscalização é realizada isoladamente por cada órgão, ficando cada um a distancia de mais ou menos 50 m e cada veículo é vistoriado pelos respectivos órgãos de fiscalização. Devemos ressaltar que este problema seria solucionado com a inauguração da aduana integrada que a dois anos encontra-se praticamente pronta. Porem sem funcionar.

- ausência DE INTEERNET NA UVAGRO AEROPORTO POR PROBLEMAS ADMINISTRATIVOS

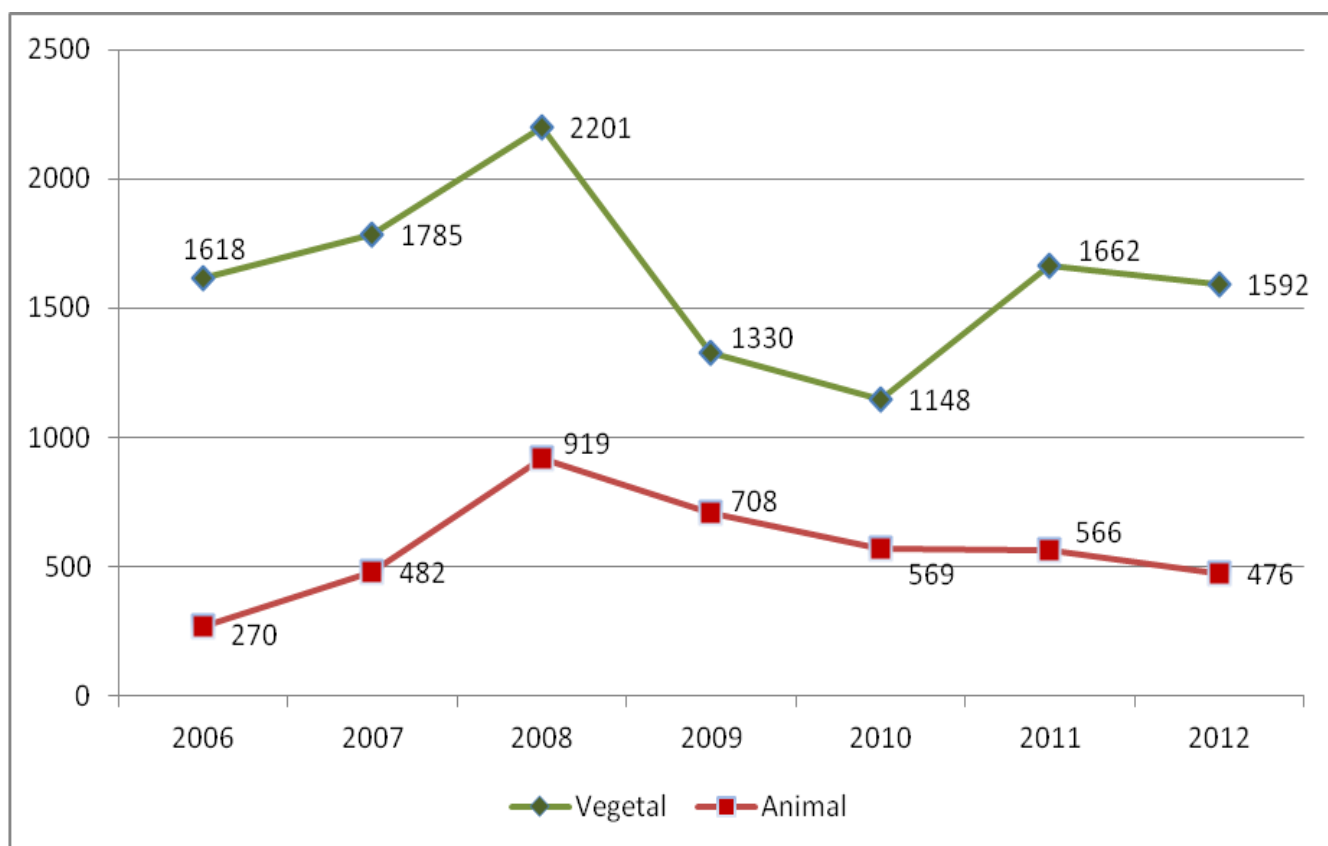
EVENTOS POSITIVOS

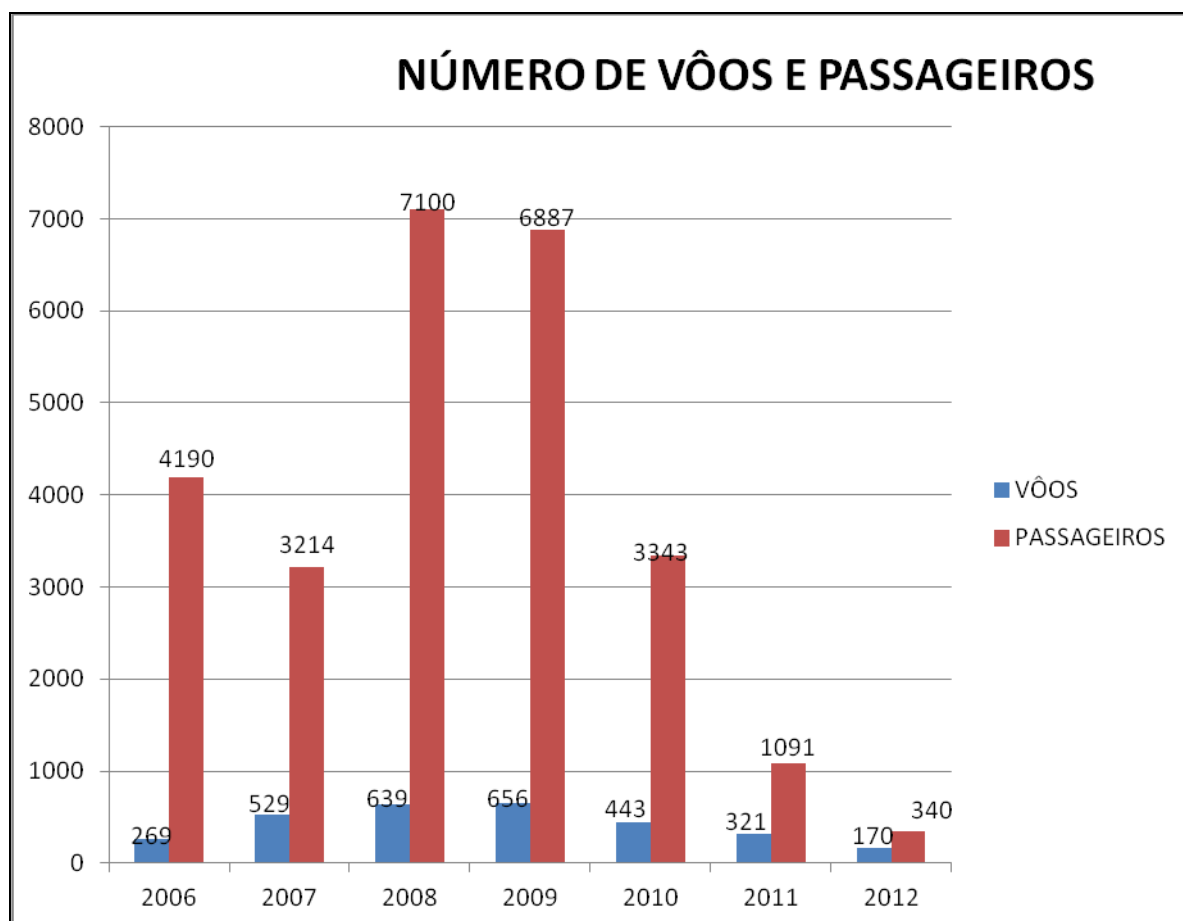
- Descentralização imediata, pela Coordenação Geral do Vigiagro, dos recursos programados para execução das metas programadas;

- Instalação nas fronteiras de Bonfim e Pacaraima de outdoor tamanho 6,00 X 3,20 m, com orientação educativa sobre os produtos de origem animal e vegetal que não podem ingressar no Brasil sem autorização prévia e/ou certificação sanitária.

- Acordo feito com o Governo do Estado para utilização da infraestrutura de fiscalização com sala, banheiro, dormitório e copa na nova Aduana em Bonfim, onde todos os órgãos de fiscalização executam suas atividades conjuntamente.

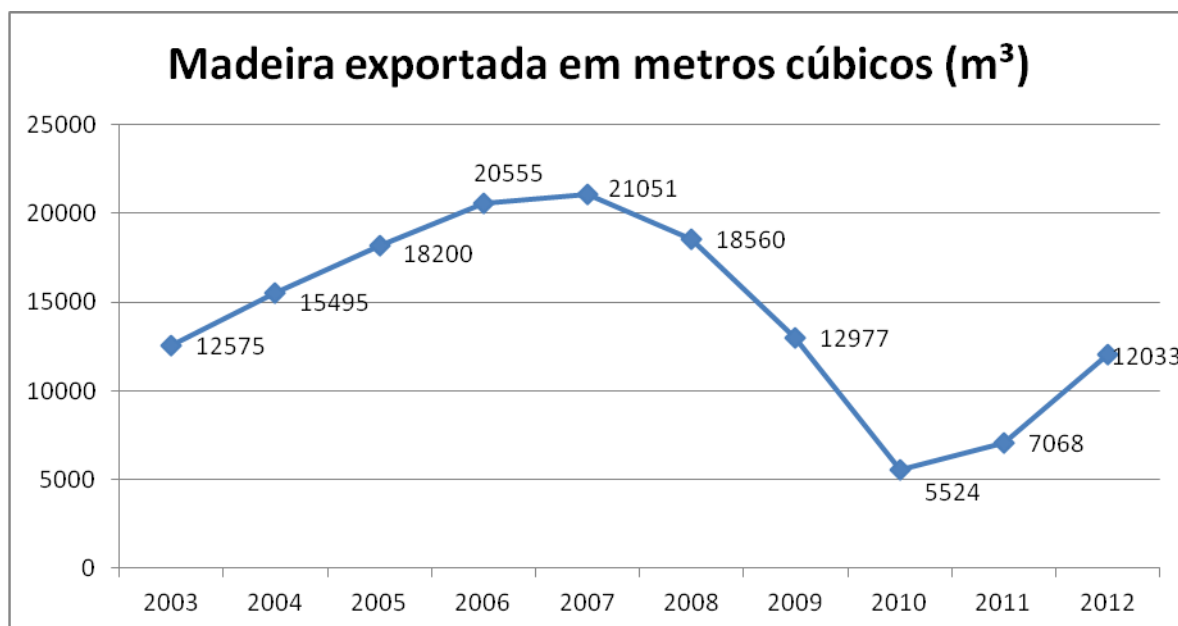
NÚMERO DE PARTIDAS INSPECIONADAS





Obs.: O baixo nº de vôos e passageiros fiscalizados deve-se ao cancelamento de vários vôos da Empresa META.

Exportação de Madeira (SFA/RR)



RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Identificação da Ação						
Código	8938					
Descrição	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal					
Unidade Responsável	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal					
Unidade Orçamentária	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
21.855,50	21.855,50	19.410,49	19.410,49	-	-	19.410,49
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2	Estabelecimento inspecionado	Estabelecim.	01	01	21.855,50	19.410,49

Análise Crítica

As ações relacionadas a INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – são realizadas no Matadouro-Frigorífico Industrial de Roraima/ AFIR, SIF 2040. Único estabelecimento com registro no Serviço de Inspeção Federal no Estado de Roraima. As principais ações são inspeção ant-mortem dos animais antes do abate e inspeção post-mortem nas carcaças para serem resfriadas e liberadas para o consumo da população. Este estabelecimento funciona sob inspeção permanente do Serviço de Inspeção Federal/SIF, onde todas as operações de abate são monitoradas e acompanhadas pela equipe do SIF, que é composta por 17 Auxiliares de Inspeção e um Fiscal Federal Agropecuário (médico Veterinário).

Há coleta de amostras mensais de carnes para análises laboratoriais, para as provas de presença de coliformes fecais e salmonela.

No ano de 2012 foram abatidos 54.110 bovinos e 585 suínos, produzidos 12.101.949 toneladas de carne. Condenados 283 fígados com abscessos; 3.988 pulmões com congestão e 01 carcaça com tuberculose.

Identificação da Ação						
Código	8658					
Descrição	Prevenção Controle e Erradicação de Doenças dos Animais					
Unidade Responsável	Departamento de Saúde Animal					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
243,548,06	34.318,65	243,548,06	34.318,65	-	-	34.318,65
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização Realizada	unidade	1500	1412	243,548,06	34.318,65

Análise crítica:

As ações relacionada à prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais foram executadas pela Agencia de Defesa Agropecuária de Roraima- ADERR, com o acompanhamento e supervisão do Serviço de saúde inspeção e fiscalização animal- SIFISA/DDA/SFA-RR.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Ações referente ao controle , prevenção e erradicação da Brucelose Bovina , foram realizadas em 140 propriedades, onde foram coletados material para diagnostico laboratorial de 6660 animais , onde 244 animais reagiram positivamente , pela qual todas as medidas sanitárias foram tomadas. Foram imunizados 180 fêmeas da espécie bovina na faixa etária de 4 a 8 meses. Habilitação de uma Médica Veterinária para realização de exames de brucelose e testes de diagnostico para tuberculose bovina.

Ações referentes ao controle e prevenção da Anemia Infecciosa Equina, foram realizadas em 387 propriedades, onde foram coletados material para diagnostico laboratorial de 2121 animais ,onde 168 reagiram positivamente. E todas as medidas sanitárias foram tomadas.

Ações referente ao controle e prevenção do Mormo dos Eqüídeos, os trabalhos foram realizados em 189 propriedades, onde foram coletados material de 1106 animais ,com resultado laboratorial todos negativos.

Ações referente ao controle e prevenção da raiva dos herbívoros, os trabalhos foram realizadas em 05 propriedades onde foram capturados e tratados com pasta anticoagulantes 31 morcegos hematófagos.

Ações executados por técnicos do SIFISA/DDA/SFA-RR, foram supervisionadas 41 propriedades com objetivo de coibir o uso de subproduto de origem animal em alimentação de ruminantes como fonte **de proteína. Foram realizadas 5 supervisões no sistema de Defesa Animal do órgão executor com ênfase nas atividades de prevenção e controle das doenças dos animais.**

PRINCIPAIS PLOBLEMAS - A falta de estruturação de sistema de Defesa Animal, falta de planejamento de ações com metas definidas e objetivas, a Falta de descentralização orçamentária de recursos pelo Governo do Estado, falta de comprometimento do Governo Estadual com o setor agropecuário, entrava o desenvolvimento e a evolução do status sanitário padronizado pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento- MAPA, tendo como conseqüência o impedimento do Estado não poder exportar animais, produtos e subprodutos para outros Estados da Federação e tão pouco para outros Países.

Identificação da Ação						
Código	4842					
Descrição	Erradicação da Febre Aftosa					
Unidade Responsável	Departamento de Saúde Animal					
Unidade Orçamentária	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.567.911,69	508.527,79	508.527,79	508.527,79	-	-	508.527,79
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área controlada	Km ² /Área Livre	224.299	0	1.567.911,69	508.527,79

ANALISE DO RESULTADO ALCANÇADO- As ações relacionadas ao Programa Nacional de Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa no Estado de Roraima não se usa como indicador Km²/Área livre, considerando que o Estado de Roraima encontra-se classificado como Alto Risco Para a Febre Aftosa. No entanto iremos relatar as ações executadas pela Agencia de Defesa Agropecuária de Roraima- ADERR, em parceria ou supervisionada pelo Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal-SIFISA/DDA/SFA-RR.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

O Estado de Roraima possui área de 224.299km², com 15 municípios com 7.541 propriedades cadastradas com bovinos totalizando um rebanho de 750771 animais, sendo que na 1ª etapa abril foram imunizados 558847 bovinos, sendo que na 2ª etapa de outubro foram imunizados 650710 bovinos. Durante as etapas de vacinação contra a Febre Aftosa foram realizadas vacinação fiscalizadas em 06 propriedades consideradas de risco, com uma população de 7238 animais, foram realizadas vacinação assistidas em 68 propriedades consideradas de risco, com uma população de 15363 animais. Foi realizado durante as etapas de vacinação a atualização parcial do cadastro pecuário dos municípios, onde foi constatado o aumento significativo das propriedades e da população bovina do estado. Foi realizado antes das etapas de vacinação divulgação em rádio, jornais, televisão bem como distribuição de cartilhas e fixação de cartazes em locais de acesso ao público. Após as etapas de vacinação foi realizado levantamento dos produtores rurais que não notificaram a execução da vacinação de seus animais, e posteriormente foi lavrado termos de advertência e autorização para a aquisição da vacina junto as lojas de produtos agropecuários.

Foram realizadas em parceria entre a SFA-RR, ADERR e FUNAI a realização das etapas de vacinação contra a Febre Aftosa através de agulha oficial da população bovina das comunidades indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos localizadas nos municípios de Pacaraima, Uiramutã e Normandia, onde foram imunizados na primeira etapa 47897 bovinos e na segunda etapa foram vacinados 59860 bovinos. Foram realizadas cinco reuniões entre técnicos da SFA-RR, técnicos da ADERR e FUNAI, que teve como objetivo discutir a estratégia de ações a serem executadas durante as etapas de vacinação da população bovina das comunidades indígenas. Foram realizadas por técnicos do SIFISA/DDA/SFA-RR seis supervisões durante as etapas de vacinação contra a febre Aftosa das comunidades indígenas no sentido de avaliar os trabalhos realizados.

Foram realizadas por técnicos do SIFISA/DDA/SFA-RR cinco supervisões no sistema de Defesa Animal da ADERR com o objetivo de verificar a execução das ações referente a prevenção e erradicação da Febre Aftosa, bem como os resultados obtidos nas etapas de vacinação contra a febre Aftosa.

Foi realizado por técnicos do SIFISA/DDA/SFA-RR análise do plano de trabalho bem como emissão de parecer técnico na proposta de convenio na área animal a ser celebrado entre o MAPA/GER com execução da ADERR, com o objetivo de estruturar e manter o sistema de defesa animal no estado de Roraima.

Participação de dois fiscais federais Agropecuários em reunião sobre formalização de proposta de convenio a ser celebrado entre o MAPA e os Órgãos de Defesa Agropecuários dos Estados, realizado em Recife-PE.

Realização de um Workshop com a participação de um técnico do DAS-DF, técnicos da SFA-RR, técnicos da ADERR e representantes da iniciativa privada, para discutir e formalizar um plano de ação de Defesa Animal para o Estado de Roraima.

Acompanhamento de técnicos do SIFISA/DDA/SFA-RR aos auditores encaminhados pela Central-DF, que teve como objetivo auditar o sistema de Defesa Animal da ADERR com ênfase ao Programa Nacional de Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa no Estado.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Identificação da Ação						
Código		2140				
Descrição		Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário				
Unidade Responsável		Departamento de Insumo Pecuário				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
18.101,05	23.770,11	23.770,11	20.411,09	-	3.359,02	20.411,09
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização Realizada	Unidade	100	123	18.101,05	23.770,11

Análise crítica:

Trabalhos realizados conforme o planejado dentro das possibilidades disponíveis para execução das metas previstas no plano de ação programada para o exercício.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa		2014				
Título		Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização				
Órgão Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
23.492,85	23.492,85	23.492,85	23.492,85	-	-	23.492,85

Identificação da Ação						
Código		8606				
Descrição		Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró Orgânico				
Unidade Responsável		420013 – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.770,00	6.770,00	6.454,82	6.454,82	0,00	0,00	6.454,82
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar Semana dos Alimentos Orgânicos	Participantes	350	466	5.000,00	5.000,00
02	Participar de reunião técnica com servidores estaduais e com produtores rurais nos municípios de Rorainópolis, Caroebe, São da Baliza e São Luiz do Anauá.	Serv/participantes	02	02	1.700,00	1.454,82

Análise Crítica

O foco principal para o desenvolvimento da agricultura orgânica em Roraima acontece durante o desenvolvimento da Semana dos Alimentos Orgânicos no mês de maio e durante o ano com as atividades de parceiros importantes neste processo, como o SEBRAE/RR, EMBRAPA, IFRR, Universidades. O Projeto PAIS desenvolvido pelo SEBRAE no Projeto de Assentamento Nova Amazônia é um pólo onde deverão surgir novos produtores orgânicos. O sul do Estado também promete ser um embrião de uma nova organização de produtores visando a produção orgânica. A EMBRAPA desenvolve pesquisas voltadas à agroecologia e o IFRR está estruturando o Núcleo de Agroecologia, assim como a UFRR criou recentemente o curso de Tecnólogo em Agroecologia, junto à Escola Agrotécnica. Desta forma está se formando a base sobre a qual a agricultura orgânica se desenvolverá no Estado e como nas demais regiões do país promete ser uma atividade interessante no contexto do agronegócio.

Físico: A execução física refere-se aos participantes da Semana dos Alimentos Orgânicos: palestras, visitas, oficinas e feira de alimentos orgânicos, realizadas em diversas escolas em diversos locais do Estado.

Compreende ainda a execução física, a realização de reuniões com técnicos estaduais e produtores rurais nos municípios de Rorainópolis, Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá, com objetivo de divulgar o Programa e prestar esclarecimentos sobre a importância da produção de alimentos orgânicos.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Financeira: A execução financeira refere às despesas durante a realização da Semana dos Alimentos Orgânicos, com a confecção de banners, adesivos, pastas e sacolas de tecido, além de materiais de consumo diversos.

A execução financeira refere-se ainda, aos deslocamentos (diárias) para 02 (dois) servidores participarem das reuniões realizadas nos municípios de Rorainópolis, Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá.

Identificação da Ação						
Código	4720					
Descrição	Aplicação de Mecanismos de Garantia de Qualidade Orgânica					
Unidade Responsável	420013 – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.078,36	4.078,39	4.078,39	4.078,39	0,00	0,00	4.078,39
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Participar de capacitação sobre Garantias da Qualidade Orgânica	Servidor	01	01	4.078,39	4.078,39

Análise Crítica

Ao longo de 2012 não foram cadastrados novas unidades de produção vinculados à OCS. As 10 unidades de produção registradas se referem ao acumulado dos anos anteriores. Em 2012 foram feitas articulações com entidades e grupos de produtores, visando novas formações de OCS's, o que somente se confirmará no futuro. No momento não existe nenhum grupo pronto para se cadastrar.

Identificação da Ação						
Código	2B17					
Descrição	Fiscalização de Contratos de Repasse					
Unidade Responsável	420013 – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e do Cooperativismo					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.874,05	1.874,05	1.874,05	1.874,05	0,00	0,00	1.874,05
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalizar Contratos de Repasses	Fiscalização	02	02	1.874,05	1.874,05

Análise Crítica

As fiscalizações dos contratos de repasses são realizadas por amostragem, compreendendo apenas aqueles cujos objetos foram concluídos e estejam atendendo o público beneficiário previsto no Plano de Trabalho aprovado.

FÍSICO: A execução física refere-se ao número de contratos fiscalizados por amostragem cujo objeto foram concluídos. Para o exercício 2012 foram fiscalizados os seguintes contratos inscritos sob o n°s: a) 0261091; objeto: Energização Rural - Prefeitura Municipal de Rorainópolis e b) 0298087; objeto: Construção de Rede Rural e Subestações Monofásicas de 05 Km. – Prefeitura Municipal de Mucajaí.

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680
 TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

FINANCEIRO: Os recursos aplicados referem-se ao deslocamento de servidores e aquisição de materiais de consumo para realização das fiscalizações dos mencionados contratos.

Identificação da Ação						
Código	8598					
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias					
Unidade Responsável	420013 – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.278,46	1.278,46	1.278,46	1.278,46	0,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Participar de reunião com palestra sobre Boas Práticas do Bem-Estar Animal	Serv/Participante	02	02	1.278,06	1.278,46

Análise Crítica

Elementos de apoio que visam à divulgação e valorização da utilização de boas práticas de abate humanitário de animais (bovinos, suínos e aves), com ênfase no manejo dos animais nas propriedades, bem como o transporte dos mesmos, evitando assim, o sofrimento de animais que se destinam ao abate.

Identificação da Ação						
Código	2177					
Descrição	Fiscalização de Serviços Agrícolas					
Unidade Responsável	420013 – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.830,00	2.830,00	998,84	998,84	0,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalizar serviços de aviação agrícola no estado de Roraima	Fiscalização	03	01	2.830,00	998,84

Análise Crítica

No Estado de Roraima até o exercício 2011 existiam 02 empresas que prestavam serviços de aviação agrícola. Atualmente há 01 (uma) empresa de aviação agrícola regularmente cadastrada nesta SFA/RR e 02 (dois) produtores rurais devidamente regularizados e aptos a prestarem, para uso próprio, aeroagrícola e são fiscalizados. Os serviços de aviação agrícola, são prestados em lavouras de arroz irrigado, milho e soja. O monitoramento destinam-se à aplicação de fungicidas, inseticidas e herbicidas na cultura e arroz e fertilização à base de nitrogênio (Uréia), ambos na

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

cultura de arroz. Fez-se ainda fiscalização quanto a aplicação de inseticida para controle de lagarta e percevejo na soja.

Físico: Durante o exercício de 2012, houve indefinição da esfera governamental responsável pela fiscalização dos serviços aeroagrícolas, isto é, se caberia ao estado ou ao governo federal. Após definição a nível de órgão central, esta Unidade, passou a executar a ação. Do total programado foi possível a execução na sua integralidade, sendo executado 33 % da meta prevista no PI FISCAGRIC1. Importante ressaltar que apesar dos recursos não terem sido descentralizados em momento oportuno, pois 67% dos repasses deu-se na segunda quinzena de dezembro, fiscalizações foram feitas através de outros PI's que propiciaram em locais de operação da aviação agrícola e aproveitou-se para realizar fiscalizações.

Financeira: A indefinição quanto à responsabilidade de fiscalização, comprometeu em parte a ação de fiscalização de serviços aeroagrícola. Os recursos repassados destinaram-se às despesas com deslocamentos, combustíveis e manutenção de veículo para a viagem. A devolução dos saldos existentes deu-se em virtude do período do repasse ter ocorrido no final do exercício, inviabilizando a execução da ação. Mas nem por isso o monitoramento deixou de ser feito pois viagens técnicas de outros PI's foram aproveitadas para efetuar a ação.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa		2042				
Título		Inovações para a Agropecuária				
Órgão Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.416,59	11.416,59	11.416,59	11.416,59	-	-	11.416,59

Identificação da Ação						
Código		2B47				
Descrição		Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários				
Unidade Responsável		420013 – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.967,03	3.967,03	3.967,03	3.967,03	0,00	0,00	3.967,03
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Reunião com palestra sobre Indicação Geográfica de Origem	Reunião	06	06	1.485,62	1.485,62
02	Capacitação sobre Processos de Signos Distintivos – Indicações Geográficas e Marcas Coletivas	Servidor	01	01	2.481,41	2.481,41

Análise Crítica

O fomento às indicações geográficas de origem é voltado ao agronegócio, com intuito de agregar valor aos produtos agrícolas produzidos, conforme padrões tradicionais de aceitação do produto de aceitação. Em Roraima os produtos agrícolas que merecem destaque são o arroz irrigado e os oriundos das várzeas roraimenses, cujo resultado final o produto possui qualidade excepcional face as condições de produção só existem neste meio ambiente. Outro produto local que se destaca é tambaqui, produzido em cativo, que pelas condições de qualidade da água e fatores climáticos locais apresentam um produto diferenciado com sabor característico muito apreciado, favorecendo à comercialização. A castanha-do-brasil, produzidas pelos índios Wai-Wai, da região do São João do Baliza e de São Luiz do Anauá, também tem se destacado com um produto de qualidade, possui demanda crescente, na cadeia produtiva do agronegócio, são objetos de projetos de grande viabilidade econômica, gerando renda e empregos. Sob este aspecto, esta Unidade tem divulgado em segmentos, a importância de ações voltados nesse sentido.

Físico: A execução física refere-se à realização de palestras sobre indicação geográfica de origem realizadas na Universidade Estadual de Roraima, no município de São João da Baliza. No município de Rorainópolis foram realizadas palestras juntamente com a FAER E SENAR. As demais reuniões foram realizadas no auditório desta Superintendência com a participação da associação dos arroseiros e do Sindicato do arroseiros de Roraima, produtores do segmento de piscicultura e representantes da comunidade indígena dos Wai-Wai e do SEBRAE.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Financeira: A execução financeira ocorreu na totalidade dos recursos repassados, onde foram realizadas despesas destinadas ao deslocamento dos servidores para os municípios de São João da Baliza e Rorainópolis. Foram aplicados ainda, recursos na manutenção de veículos e combustíveis para o evento. Para a capacitação do servidor os recursos descentralizados destinaram-se na aquisição da passagem aérea e despesas de diárias para a cidade de Paratí no Estado do Rio de Janeiro, local de realização da capacitação..

Identificação da Ação						
Código	8560					
Descrição	Fomento à Inovação no Agronegócio					
Unidade Responsável	420013 – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.355,56	9.355,56	7.449,56	7.449,56	0,00	0,00	7.449,56
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Articulação Municipal para divulgar o Programa de emissão de baixo carbono, junto às Prefeituras e Produtores rurais.	visita	05	05	4.296,83	4.296,83
02	Reuniões técnicas com palestras sobre inovação tecnológica	Reuniões	07	07	3.152,73	3.152,73

Análise Crítica

O fomento à inovação no agronegócio é voltado para agricultura de precisão e inovações tecnológicas. Para execução desta atividade foram realizadas articulações municipais para divulgação do programa de Agricultura de Emissão de Baixo Carbono, bem como reuniões técnicas com palestras sobre o tema agricultura de precisão. As reuniões foram realizadas no auditório desta Unidade, na Secretaria de estado de Agricultura e na Federação da Agricultura do estado de Roraima/FAER, onde participaram do evento professores da Universidade Federal de Santa Maria/RS, com abordagens sobre a tecnologia de agricultura de precisão, proporcionando conhecimento aos participantes sobre o melhor aproveitamento na utilização do corretivo, fertilizantes e demais insumos, com vistas à economicidade de custos, garantia da produção de melhor qualidade e reduzindo a agressão ao meio ambiente.

Físico: A execução física refere-se à articulação municipal junto as prefeituras municipais Caracaraí, São João da Baliza, Bonfim, Alto Alegre e Pacaraima e de produtores rurais daquelas localidades com vistas à divulgação do Programa de emissão de Baixo Carbono. A meta foi cumprida na sua totalidade.

As reuniões técnicas foram realizadas nos municípios de São João do Baliza e Rorainópolis. As demais realizadas em Boa Vista na Universidade FARES e UFRR.

Houve ainda a participação no evento “Dia de Campo” promovido pela EMBRAPA, no campo experimental, onde esta Unidade teve a oportunidade de abordar sobre o tema de tecnologias para agricultura de precisão.

Financeira: A execução financeira foram realizados despesas destinadas ao deslocamento dos servidores para os municípios de São João da Baliza e Rorainópolis, Caracaraí, Bonfim, Alto Alegre e Pacaraima. Importante ressaltar que para realização desta ação, foram necessários

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

aplicação de recursos com manutenção de veículos em virtude do desgaste da frota e das péssimas condições das estradas no interior do estado.

A saldo existente no valor de R\$ 1.906,00 na rubrica 339033, Passagens e despesas com locomoção deu-se em virtude duplicidade de lançamento de recursos, ou seja, foi programado por esta unidade, com vistas à capacitação do servidor e foi descentralizado ao mesmo tempo em que Brasília enviou o PTA para a participação no evento. Portanto, gerando a existência do crédito disponível no mesmo valor.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa		2105				
Título		Gestão e Manutenção do MAPA				
Órgão Responsável		Secretaria Executiva				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
705.945,88	773.945,98	756.751,70	502.187,75	-	254.563,95	502.187,75

Análise Crítica

- **Cumprimento de metas:** Destaca-se dentre as ações a execução de serviços do parque estacionamento na área externa, a passarela coberta e a drenagem da vala existente na sede da Superintendência, bem como as atividades de competência da área administrativa.

-**Eventuais Problemas de Execução:** Não foram identificados problemas na execução do Programa.

- **Restos a Pagar:** Ressaltamos o valor significativo inscrito em restos a pagar principalmente em razão da obtenção de recursos para a execução dos serviços/aquisição dar-se no final do exercício.

Identificação da Ação						
Código		4716				
Descrição		OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS				
Unidade Responsável		SECRETARIA EXECUTIVA				
Unidade Orçamentária		130002				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
705.945,88	773.945,98	756.751,70	502.187,75	254.563,95		502.187,75
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Manutenção das Unidades Descentralizadas	R\$			773.751,70	756.751,70

Análise Crítica

- **Cumprimento de metas:** Destaca-se dentre as ações a execução de serviços do parque estacionamento na área externa, a passarela coberta e a drenagem da vala existente na sede da Superintendência, bem como as atividades de competência da área administrativa.

-**Eventuais Problemas de Execução:** Não foram identificados problemas na execução do Programa.

- **Restos a Pagar:** Ressaltamos o valor significativo inscrito em restos a pagar principalmente em razão da obtenção de recursos para a execução dos serviços/aquisição dar-se no final do exercício.

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ (**NÃO SE APLICA A UJ**)

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes (**NÃO SE APLICA A UJ**)

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital (**NÃO SE APLICA A UJ**)

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência (**NÃO SE APLICA A UJ**)

4.2.2.4 Análise Crítica

Não se aplicam tendo em vista a ausência destas situações na UJ.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa (**NÃO SE APLICA A UJ**)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	976.723,35	812.760,07	976.723,35	812.760,07
a) Convite	43.599,86	-	43.599,86	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	933.123,49	812.760,07	933.123,49	812.760,07
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	116.079,95	258.548,73	116.079,95	258.548,73
g) Dispensa	88.801,36	226.444,76	88.801,36	226.444,76
h) Inexigibilidade	27.278,59	32.103,97	27.278,59	32.103,97
3. Regime de Execução Especial	10.921,58	6.582,76	10.921,58	6.582,76
i) Suprimento de Fundos	10.921,58	6.582,76	10.921,58	6.582,76
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	10.522.070,48	10.882.465,98	10.522.070,48	10.882.465,98
j) Pagamento em Folha	9.783.296,59	10.263.452,43	9.783.296,59	10.263.452,43
k) Diárias	738.773,89	619.013,55	738.773,89	619.013,55
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	11.625.795,36	11.960.357,54	11.625.795,36	11.960.357,54

Fonte:

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
339014.00	738.773,89	619.013,55	738.773,89	619.013,55	-	-	738.773,89	619.013,55
339030.00	589.696,73	459.616,17	254.425,64	419.441,86	335.271,09	40.174,31	254.425,64	419.441,86
339039.00	480.480,76	250.295,07	265.530,96	206.854,67	214.949,80	43.440,40	265.530,96	206.854,67
Demais elementos do grupo	533.062,33	829.226,88	526.810,93	823.906,88	6.251,149	5.320,00	526.810,93	823.906,88
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
449052.00	238.026,96	41.892,26	205.200,00	-	32.826,96	41.892,26	205.200,00	-
449051.00	-	33.685,93	-	-	-	33.685,93	-	-
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação (**NÃO SE APLICA A UJ**)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
339037	138.069,90							
339039.00	23.333,97							
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
339037.00	138.069,90	120.400,08						
339039.00	23.333,97	16.337,73						
339030.00	-	9.289,07						
339047.00	-	321,24						
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

4.2.4.2.3 Análise Crítica

As Informações Sobre a Movimentação de Créditos Interna e Externa não se aplicam pois somente devem ser preenchidos pelas UJ que são UO que tenham, entre as unidades consolidadas ou agregadas, Unidade gestora UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos atribuídos originalmente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.

5. Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Reconhecimento de Passivos

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos (**NÃO SE APLICA A UJ**)

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011				
2010				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	850.185,00	24.037,42	826.147,58	0,00
2010	332.329,98	11.179,94	321.150,04	0,00
...				

Fonte: SEOF/SAD/SFA-RR

5.2.2 Análise Crítica

Esta UJ tem se preocupado com a permanência de restos a pagar que possa implicar em alguma não conformidade. A estratégia adotada por tanto é o acompanhamento para liquidar o mais rápido possível este tipo de recurso financeiro. Conforme pode ser observado no quadro acima não há saldo em restos a pagar para os exercícios objeto de análise.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

5.3 Transferências de Recursos **(NÃO SE APLICA A UJ)**

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício **(NÃO SE APLICA A UJ)**

5.4 Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
130093	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA – SFA/RR		800,00	10.121,58	10.921,58
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		800,00	10.121,58	10.921,58

Fonte: SEOF/SAD/SFA-RR

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B" **(NÃO SE APLICA A UJ)**

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

130093		Limite de Utilização da UG	Valor		Total
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Saque	Fatura	
BANCO DO BRASIL SA	00000000000191	-	-	128,37	128,37
Hildeberto Mário França Silva	02214059334	600,00	-	598,40	598,40
Sebastião Sales Da Silva	03670937234	6.750,00	800,00	5.827,33	6.627,33
Francisco Cordeiro de Azevedo	04983890220	5.000,00	-	3.567,48	3.567,48
Total Utilizado pela UG			800,00	10.121,58	10.921,58
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ					

Fonte: SEOF/SAD/SFA-RR

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo "B" e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ **(NÃO SE APLICA A UJ)**

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-								
PC Aguardando Análise	-	-	-	-								
PC em Análise	-	-	-	-								
PC não Aprovadas	-	-	-	-								
PC Aprovadas	05	10.921,58	04	6.582,76	04	7.914,75						

Fonte:

5.4.1.6 Análise Crítica

A gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimento de fundos é executada dentro da maior transparência possível, ficando inclusive o Portador obrigado a apresentar antes da compra uma proposta de custo para apreciação do senhor Superintendente para aprovação.

O controle interno para assegurar que a aplicação dos recursos está em conformidade com a legislação vigente é feito por um servidor formado em Ciências Contábeis e com curso de especialização em Auditoria.

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ (NÃO SE APLICA A UJ)

5.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ (NÃO SE APLICA A UJ)

5.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida (NÃO SE APLICA A UJ)

5.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física (NÃO SE APLICA A UJ)

5.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica (NÃO SE APLICA A UJ)

5.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária (NÃO SE APLICA A UJ)

5.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas (NÃO SE APLICA A UJ)

5.5.7 Comunicações à RFB (NÃO SE APLICA A UJ)

5.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas (NÃO SE APLICA A UJ)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

5.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal (**NÃO SE APLICA A UJ**)

5.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB (**NÃO SE APLICA A UJ**)

5.6 Gestão de Precatórios (**NÃO SE APLICA A UJ**)

5.6.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta (**NÃO SE APLICA A UJ**)

5.6.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta (**NÃO SE APLICA A UJ**)

5.6.3 Análise Crítica (**NÃO SE APLICA A UJ**)

6. Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	105	105	01	01
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	105	105	01	01
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	105	105	01	01

Fonte: SGP/SAD/SFA-RR

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	11
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	06
1.2. Exercício de Função de Confiança	02
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis) Requisição para o Tribunal Regional Eleitoral/TER/RR (art.93, § 1º da Lei nº 8.112/90).	03
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680
 TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	01
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	01
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	02
4.1. Doença em Pessoa da Família	02
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	01
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	01
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	15

Fonte: SGP/SAD/SFA-RR

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	06	06	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	06	06	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	14	14	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	20	20	-	-

Fonte: SGP/SAD/SFA-RR

6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	1	21	57	6
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	1	21	57	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	2	6	12	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	2	3	-
2.3. Funções Gratificadas	-	1	4	9	-
3. Totais (1+2)	-	03	27	69	6

Fonte: SGP/SAD/SFA-RR

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680
 TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	1	7	54	23	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	1	7	54	23	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	12	8	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	2	4	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	10	4	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	1	7	66	31	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SGP/SAD/SFA-RR

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	NÃO SE APLICA									
	2011	NÃO SE APLICA									
	2010	NÃO SE APLICA									
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	3.345.532,93	5.052,12	3.153.608,61	274.989,63	274.176,49	80.249,00	39.614,01	-	-	7.145.222,79
	2011	3.441.701,43	13.357,10	3.332.924,70	291.632,72	279.979,28	97.221,00	28.222,43	-	-	7.485.028,66
	2010	3.073.377,92	9.152,48	3.187.420,86	233.566,59	325.009,41	91.738,00	26.060,79	-	9.673,68	6.958.999,73
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	NÃO EXISTE									
	2011	NÃO EXISTE									
	2010	NÃO EXISTE									
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	100.070,75	-	1.222,88	-	5.640,34	2.530,00	-	-	-	109.463,97
	2011	457.801,57	-	42.055,65	-	26.858,85	15.560,00	-	-	-	542.276,07

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

	2010	354.831,06	-	39.201,06	-	22.007,12	15.556,00	-	-	-	431.595,24
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	NÃO EXISTE									
	2011	NÃO EXISTE									
	2010	NÃO EXISTE									
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	490.138,16	113.605,92	386.491,94	46.670,95	21.888,00	10.257,61	-	-	-	1.069.052,58
	2011	442.787,38	106.563,76	352.255,87	18.996,62	18.647,71	8.635,00	-	-	-	947.886,34
	2010	503.853,99	126.765,66	438.884,40	35.124,41	24.148,41	8.400,00	-	-	3.093,12	1.140.269,99
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	859.962,26	69.291,57	406.689,68	41.217,93	56.083,12	20.022,47	4.431,03	1.860,09	-	1.459.558,15
	2011	690.533,44	64.549,45	416.259,15	31.739,90	56.829,51	20.285,00	6.036,52	-	2.028,42	1.288.261,39
	2010	811.648,20	67.685,07	428.330,24	27.989,36	54.346,42	21.924,24	3.507,62	-	-	1.415.431,15

Fonte: SGP/SAD/SFA-RR

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	07	0
1.1 Voluntária	05	0
1.2 Compulsória	01	0
1.3 Invalidez Permanente	01	0
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	07	0
2.1 Voluntária	06	0
2.2 Compulsória	01	0
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	14	0

Fonte: SGP/SAD/SFA-RR

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	16	0
1.1. Integral	16	0
1.2. Proporcional	11	0
2. Em Atividade	01	0
3. Total (1+2)	28	0

Fonte: SGP/SAD/SFA-RR

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não existe acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos em atenção ao art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

É utilizado o SIAPE para evitar tal fato e o controle é implementado e revisto mensalmente.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos (NÃO SE APLICA)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	01	0	01
Concessão de pensão civil	0	01	0	01
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	0	02	0	02

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico (**SEM OCORRÊNCIA**)

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos Submetidos s Registro (**SEM OCORRÊNCIA**)

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Os Indicadores Institucionais encontram-se consolidados no Relatório de Gestão 2012 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, até a presente data não foram implantados os Indicadores na SFA-RR.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários (**SEM OCORRÊNCIA**)

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão (**SEM OCORRÊNCIA**)

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público (**SEM OCORRÊNCIA**)

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados (**SEM OCORRÊNCIA**)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento													
UG/Gestão: 130093						CNPJ:							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	006/2010	84.013.994/0001-70	23/03/2012	22/03/2014	4	4					P
2011	V	O	013/2011	84.013.234/0001-63	07/12/2011	06/12/2013			2	2			P
2012	V	O	008/2012	84.013.234/0001-63	23/05/2012	22/05/2013			8	8			A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão (SEM OCORRÊNCIA)

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários (SEM OCORRÊNCIA)

7. Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
Decreto nº 6.403/2008 de 17 de março de 2008 e Portaria Nº 191 de 23 de outubro de 2012 da Secretaria Executivo do MAPA.

- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;
É de suma importância para a Unidade consoante suas ações de defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuária.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:

28 (vinte e oito) de transporte institucional.

	Placa	UF	Marca/submarca	Ano Fab.	Chassi	Patimônio	Combustível	Órgão/setor	Situação do Veículo
1	HEE3371	RR	NISSAN/FRONTIER 4X4 XE	2006	94DCEUD227J769412	001717	DIESEL	SFA-RR/GM	ATIVO-MÉDIO
2	MWD6350	RR	FORD /RANGER XL 13F	2001	8AFER13F62J235512	001718	DIESEL	SFA-RR/GM	ATIVO-MÉDIO
3	MWK4710	RR	FORD /RANGER XLT 13F	2002	8AFER13F23J290623	001719	DIESEL	SFA-RR/GM	ATIVO-MÉDIO
4	MWK4730	RR	FORD /RANGER XLT 13F	2002	8AFER13F63J290625	001720	DIESEL	SFA-RR/GM	ATIVO-MÉDIO
5	MWL3955	RR	MITSUBISHI/L-200	2008	93XHNK7408C840772	001716	DIESEL	SFA-RR/GM	ATIVO-BOM
6	NAK9612	RR	VOLKSWAGEN/GOL POWER 1.6	2004	9BWCB05X65P071947	000695-00	GASOLINA	SFA-RR/GM/ SEFISV/RR	INATIVO-RUIM
7	NAK9872	RR	VOLKSWAGEN/GOL 1.0	2004	9BWCA05X65T053846	000692-00	ALCOOL	SFA-RR/GM / NTR/SAD-RR	INATIVO-RUIM
8	NAL0362	RR	VOLKSWAGEN/GOL POWER 1.6	2004	9BWCB05X65P074136	000696-00	GASOLINA	SFA-RR/GM / SEFISV/RR	ATIVO-MÉDIO
9	NAL0522	RR	VOLKSWAGEN/GOL POWER 1.6	2004	09BWCB05X65P07097	000694-00	GASOLINA	SFA-RR/GM / UVGFBFM/RR	ATIVO-MÉDIO
10	NAL0662	RR	VOLKSWAGEN/GOL 1.0	2004	9BWCA05X65T054334	000693-00	ALCOOL	SFA-RR/GM / UVGFPAAC/RR	ATIVO-MÉDIO
11	NAM1105	RR	NISSAN/FRONTIER 4X4 XE	2005	94DCMUD225J600841	000730-00	DIESEL	SFA-RR/GM / SIFISA/RR	ATIVO-MÉDIO
12	NAM1125	RR	NISSAN/FRONTIER 4x4	2005	94DCMUD225J603818	000729-00	DIESEL	SFA-RR/GM / SEFISV/RR	ATIVO-MÉDIO
13	NAM1135	RR	VOLKSWAGEN/GOL POWER 1.6	2005	9BWCB05X75P12398	000731-00	GASOLINA	SFA-RR/GM / SAG/RR	ATIVO-MÉDIO
14	NAM1251	RR	RENAULT/LOGAN/EXP 1.6	2010	93YLSR7UHBJ669687	001515-00	GASOLINA	SFA-RR/GM / SAD/SFA-RR	ATIVO-BOM
15	NAN9006	RR	NISSAN/FRONTIER 4X4 XE	2005	94DCMUD225J614132	000732-00	DIESEL	SFA-RR/GM / SEFISV/RR	ATIVO-MÉDIO
16	NAR3036	RR	MITSUBISHI/L-200	2009	93XGNK7409C957728	406272	DIESEL	SFA-RR/GM / SEFISV/RR	ATIVO-MÉDIO
17	NAS1642	RR	FIAT/PALIO HLX FLEX	2007	9BD17141T22912588	000886-00	GASOLINA	SFA-RR/GM / DDA/SFA/RR	ATIVO-MÉDIO
18	NAS2162	RR	FIAT/PALIO HLX FLEX	2007	9BD17141T72912608	000887-00	GASOLINA	SFA-RR/GM / SIFISA/RR	ATIVO-MÉDIO
19	NAT2423	RR	FIAT/PALIO HLX FLEX	2007	9BD17141T72927026	000885-00	GASOLINA	SFA-RR/GM / SIFISA/RR	ATIVO-MÉDIO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

20	NAW8286	RR	MITSUBISHI/L200 4X4 L	2009	93XGNK7409C957577	406277	DIESEL	SFA-RR/GM / SIFISA/RR	ATIVO-BOM
21	NAX1690	RR	CHEVROLET / GM/GM/S10 COLINA D 4X4 21	2008	9BG138JJ09C416348	001106-00	DIESEL	SFA-RR/GM	ATIVO-BOM
22	NAX1710	RR	CHEVROLET / GM/S 10 COLINA D 4X4 22	2008	9BG138JJ09C416465	001107-00	DIESEL	SFA-RR/GM / SEFISV/RR	ATIVO-MÉDIO
23	NAX1720	RR	CHEVROLET / GM/GM/S10 COLINA D 4X4 23	2008	9BG138JJ09C416517	001108-00	DIESEL	SFA-RR/GM / SIFISA/RR	ATIVO-BOM
24	NAX1730	RR	CHEVROLET / GM/GM/S10 COLINA D 4X4 24	2008	9BG138JJ09C416039	001109-00	DIESEL	SFA-RR/GM / SIFISA/RR	ATIVO-BOM
25	NAX6367	RR	CHEVROLET / GM/GM/S10 COLINA D 4X4 25	2009	9BG138JJ0AC408016	001185-00	DIESEL	SFA-RR/GM / SEFISV/RR	ATIVO-BOM
26	NUJ8910	RR	CHEVROLET / GM/CELTA	2010	9BGRX48F0BG205471	001324-00	GASOLINA	SFA-RR/GM / DDA/SFA/RR	ATIVO-BOM
27	NUJ8920	RR	CHEVROLET / GM/S10	2010	9BG138GF0BC425696	001323-00	GASOLINA	SFA-RR/GM / SIFISA/RR	ATIVO-BOM
28	TRA1656	RR	TOYAMA/TOYAMA	2011	000000000000	001656-00	DIESEL	SFA-RR/GM / NTR/SAD-RR	ATIVO-BOM

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:
Veículos a diesel: 245.023 km rodados.
Média por veículos. 17.501,64 km
Combustível consumido: 30.886 l
Média por veículos. 7.93 km/lt
- Veículos a Gasolina: 100.504 km rodados
Média por veículos. 11.167,11 km
Combustível consumido: 9.708 l
Média por veículos. 10.35 Km/l
- Veículo a Álcool: 15.781 km rodados
Combustível consumido: 2095 l
Média consumida por veículo. 7.53 Km/l
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos:
6 (seis) anos e 6 (seis) meses.
- f) Custos associados à manutenção da frota:
Gastos com combustível: R\$ 99.632,95
Gastos com lubrificantes: R\$ 15.919,00
Gastos com manutenção: R\$ 96.488,46
- g) Plano de substituição da frota:
O Ministério adota anualmente o PAAV - Plano Anual de Aquisição de Veículos, onde as Unidades encaminham as suas pretensões de aquisição.
Para o exercício de 2013 será adotado o remanejamento de veículos ociosos de uma unidade para outra.
- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:
Tal escolha é emanada pelo Ministério, como se percebe claramente não item anterior.
- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.
Foi implantado em 2012 o SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotores do Ministério, com o objetivo de controlar a frota de Veículos do MAPA, gerar relatórios de quilometragem rodada, consumo de combustível e gasto com manutenção.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	2	2
	BOA VISTA	2	2
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte:SAD/SFA/RR

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros - **NÃO HOUVE**

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130093	301001075001	13	3	95.000,00	16/05/2011	250.844,38	-	-
130093	301001655008	13	3	190.0000,00	27/11/2012	2.045.281,93	-	218.618,69
Total							Σ	218.618,69

Fonte: SAD/SFA/RR

8. Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI) (NÃO SE APLICA A UJ)

8.2 Análise Crítica

Foi solicitada pelo Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Senhor Rogério Goulart Barboza, à Divisão/ DRAGR/DR/SFC/CGU-PR orientação sobre o correto preenchimento do Quadro A.8.1, tendo em vista a dúvida da servidora Elidiana Maróstica, Chefe da Divisão de Apoio Administrativo da Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul – DAD/SFA-RS.

Em resposta o Senhor Varcíolino de Sousa Dias, Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Agricultura, Pecuária e Abastecimento- DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, fez a seguinte recomendação:

Se de fato a SFA não realiza nenhuma atividade de TI, relacionadas aos 9 Blocos que compõe o Quadro A.8.1, e nem sequer possui contratos de TI, é desnecessária a construção do Quadro A.8.1. Entretanto, o gestor deve se manifestar na Introdução do Relatório quanto a:

- itens do Anexo II da Decisão Normativa nº 119/2012 não se aplicam à realidade da Unidade, apresentando os motivos da não aplicação; e
- itens do Anexo II da Decisão Normativa nº 119/2012 que, apesar de se aplicarem à natureza da Unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

Conclui-se por tornar o Quadro A.8.1 sem aplicação, pois apesar de possuímos todo aparato de Informação não podemos declará-lo, pois toda gestão de TI no âmbito do MAPA é afeta à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação em Brasília, logo não se aplicaria às Unidades Regionais, inclusive o colaborador que nos dá apoio é contratado por uma empresa cujo procedimento licitatório foi feito em Brasília.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

9. Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		x			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		x			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		x			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		x			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			x		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	x				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?		x			
	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		x			
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			x		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				x	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				x	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				x	
Considerações Gerais: O presente Quadro foi respondido pela equipe da CPL, do Pregão, dos Transportes e Comunicação.					

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	254	251	343	2.946,40	2.868,93	4.606,49
Água	1.407	1.686	1.535	17.265,02	19.141,15	14.898,17
Energia Elétrica (CER)	16.372	15.922	12.946	7.352,20	6.526,41	5.050,21
Energia Elétrica (ELETRONORTE)	160.673	119.846	118.373	71.993,46	76.427,92	70.477,67
Total				99.557,08	76.427,92	70.477,67

Fonte: SAD/SFA/RR

10. Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício (**NÃO OCORREU**)

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna (**NÃO OCORREU**)

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	20		20
	Entregaram a DBR	20		20
	Não cumpriram a obrigação	-		-

Fonte: SGP/SFA/RR

10.3.1.1 Análise Crítica

Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

A SFA-RR através da seção responsável pelo gerenciamento dos Recursos Humanos mantém as declarações dos impostos de renda de quem tem função gratificada arquivadas para eventual atendimento ao TCU, conforme estabelece a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Não existe sistema informatizado, a Seção de Gestão de Pessoas recebe as cópias das Declarações de Bens e Rendas, não sendo realizada nenhuma análise para identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida, após são arquivadas nas pastas funcionais dos servidores.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – SFA/RR

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, DIVINO CARLOS GOUVÊA gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas, CPF nº 121.813.231-00, Superintendente, exercido na Superintendência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Roraima declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Boa Vista-RR, 27 de março de 2013.


DIVINO CARLOS GOUVÊA

121.813.231-00

Superintendente

Superintendência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Roraima

11. Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Quanto a este item, estamos em contato permanente junto a Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais CGLSG a qual nos apresentou copia do Termo de Referencia referente a manutenção e suporte técnico do software de gestão ASI, módulos de patrimônio mobiliário e almoxarifado onde o motivo maior da contratação foi exatamente a implantação do modulo de depreciação/amortização. Com isso a setorial de contabilidade acompanhara de forma pontual a implantação no decorrer do exercício corrente, Diante do exposto, esclarecemos:

- a) A UJ não está aplicando os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 E NBCT 16.10;
- b) Apesar dos esforços das autoridades, conforme acima descrito, ate o momento não foi disponibilizado um sistema de patrimônio para o MAPA;
- c) Não estamos adotando nenhum método haja vista que os trabalhos não foram iniciados ainda no MAPA;
- d) Não estão sendo aplicados
- e) Não estão sendo aplicados;
- f) Não estão sendo aplicados;
- g) Não estão sendo aplicados.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena NÃO HOUVE)

11.2.2 Declaração com Ressalva

QUADRO A.11.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINT. FED. DE AGRIC. , PEC. E ABASTECIMENTO /RR		130093	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) 104 SALDO A LONGADOS CONTAS TRANST. AT PERMAN.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2012
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2011 – SFA/RR



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas
Coordenação de Administração de Pessoal

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício 2012, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e em conformidade com o item 08, da parte A, do anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

- Alberto Jerônimo Pereira
- José Calazans dos Santos

Brasília, 06 de fevereiro de 2013

JOSE LUIS DA SILVA
Coordenador-Geral de Administração de Pessoas

CONFERE COM O ORIGINAL

Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
CRC-006624/T-8 GO
CCONTISPOA/SE/MAPA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2011 – SFA/RR

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 (NÃO SE APLICA A UJ)

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976 (NÃO SE APLICA A UJ)

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais (NÃO SE APLICA A UJ)

11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida (NÃO SE APLICA A UJ)

11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora (NÃO SE APLICA A UJ)

11.6 Parecer da Auditoria Independente (NÃO EXISTE)

12. Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Todas as informações consideradas relevantes em nossa visão estão contempladas nos itens e subitens anteriores